

ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA GOMES

**SERVIÇO SOCIAL E AS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA UFSC: A
UNIVERSIDADE BRASILEIRA EM QUESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela professora Dr^a Beatriz Augusto Paiva

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 20/08/08


Rosana Maria Gato
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS – SC

2008

“A genialidade é 1% inspiração e 99% transpiração”

(Thomas A. Edison)

ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA GOMES

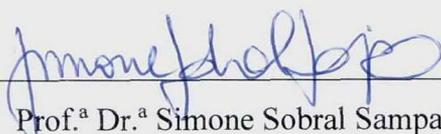
**SERVIÇO SOCIAL E AS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA UFSC: A
UNIVERSIDADE BRASILEIRA EM QUESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, avaliado e aprovado pela Comissão Examinadora integrada pelos membros:



Prof.ª Dr.ª Beatriz Augusto Paiva

Orientadora



Prof.ª Dr.ª Simone Sobral Sampaio

1ª examinadora



Assistente Social: Jussara Jovita Souza da Rosa da Rosa

2ª examinadora

FLORIANÓPOLIS – SC

2008

Dedico este trabalho,

A todos os trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina, que na busca de dias melhores já fizeram valer as suas lutas.

Em especial,

Ao meu passado e ao meu futuro.

Ao meu amor Darlan. Não é possível fraquejar ao seu lado.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores do Departamento de Serviço Social por contribuírem com a minha formação profissional. Os conhecimentos compartilhados por cada um de vocês serão a luz da minha atuação profissional.

A professora Beatriz Augusto Paiva por compartilhar seus preciosos conhecimentos que tanto contribuíram para minha formação profissional e pela sua competência e profissionalismo nos momentos de orientação deste trabalho. Admiro muito você, pois, é uma verdadeira lição de sabedoria, que com certeza faz a diferença para o Serviço Social.

As assistentes sociais da Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor, Rosana, Lúcia, Maria Alice e Ana Paula, pela oportunidade da realização do estágio e pelos momentos bons que juntas passamos durante esta caminhada de quatro anos. Em especial meus sinceros agradecimentos a minha supervisora de estágio, Rosana, pela sua disponibilidade, competência profissional, pela confiança, pelo entusiasmo, incentivo e sua amizade, tão presentes durante a realização do estágio e concretização deste trabalho. Seu exemplo de profissional competente me guiou durante este processo de ensino aprendizagem fortalecendo a minha esperança de abraçar uma carreira vitoriosa.

Ao meu grande amor, Darlan, por todo o amor, companheirismo, incentivo, cumplicidade e por nunca ter exigido nada de mim durante esse momento em que corri atrás de realizar um grande sonho, apenas entendendo o meu riso e o meu pranto. Obrigada por amar essa mulher-menina, e que este amor seja eterno, porque sem ti eu já não posso!

Aos meus pais, Maria e Artidor, pela vida, pelo sacrifício, pelo amor e por acreditarem em mim. A minha mãe pelo incentivo sempre presente nas suas palavras desde quando eu era apenas uma menina cheia de sonhos, mas também quando resolvi ser pássaro e voar para lugares distantes em busca daquilo que almejava.

Aos meus queridos sogros, Lair e Maria, pela confiança em mim depositada e por estarem presentes durante toda a minha caminhada, através de palavras de estímulo e por gestos de amor sincero.

Aos meus irmãos-amigos e amigos-irmãos por estarem sempre presentes e na torcida da minha vitória: Lu (ternura), Cléo (apego), Alisson (refúgio), Joice (afeto), Marcos (alegria),

Vanessa (perseverança), Alininha (amizade), Carine (inspiração), Luan (doçura), Vanuza (delicadeza), Iago (amável), Fabio (carinho), Danni (cumplicidade), Rô (companheirismo), Heitor (dedicação), Aline (fé), Anderson (coragem), Sida (prosperidade), Andressa (felicidade), Rosália (entusiasmo), tia Rosa (admiração). E a todos aqueles que aqui não citei o nome, mas que fizeram parte da minha história de vida, na torcida do meu sucesso, o meu muito obrigado.

RESUMO

GOMES, Adriana Aparecida Oliveira. **Serviço Social e as Demandas dos Servidores da UFSC: a universidade brasileira em questão. 2074.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

Objeto: Demandas da Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor (DiSS) no contexto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **Objetivo Geral:** Contribuir com o debate acerca das demandas trazidas cotidianamente à DiSS pelos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC. **Objetivos Específicos:** Identificar o perfil da demanda que chega ao Serviço Social-Atenção ao Servidor da UFSC destacando dentre estas as mais relevantes, bem como conhecer a política social voltada aos servidores, desenvolvida pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS). **Problematização:** Em que medida a DiSS consegue processar as demandas requisitadas pelos trabalhadores frente a política interna de recursos humanos? **Metodologia:** Pesquisa documental e estudo de campo para conhecer a política institucional de atenção aos servidores e igualmente pesquisa documental para levantar as principais demandas da DiSS. **Resultados:** O indicador “Saúde Mental” foi identificado como a principal demanda, no entanto, a DiSS não tem conseguido processar esta demanda, por conta da inexistência de uma política dentro do espaço institucional voltada exclusivamente a esta área. Via SUS, o Estado de Santa Catarina não dispõe de uma Política de Saúde Mental que contemple todas as necessidades da população, tanto em nível primário, secundário e terciário. Ainda, os serviços internos da UFSC estão voltados à comunidade externa, necessitando da negociação da DiSS para realizar os encaminhamentos, o que nem sempre é conseguido devido a assimetria entre oferta e demanda.

Palavras-chave: Serviço Social, Demandas, Universidade, UFSC, Política Neoliberal, Reestruturação Produtiva, Saúde Mental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura Hierárquica da PRDHS

Figura 2 – Número de demandas por usuário

Figura 3 – Distribuição das demandas dos anos 2005, 2006 e 2007

Figura 4 – Total de demandas por indicador no período analisado

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| AGCS | – Acordo Geral sobre Comércio e Serviços |
| ALCA | – Área de Livre Comércio da Américas |
| APUSC | – Associação dos Professores da UFSC |
| BM | – Banco Mundial |
| CAP'S | – Centro de Atenção Pico-Social |
| CCQ | – Círculos de Controle de Qualidade |
| CERTI | – Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras |
| CLT | – Consolidação das Leis de Trabalho |
| CPUAD | – Coordenadoria de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas |
| DDAP | – Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas |
| DDAS | – Departamento de Desenvolvimento de Atenção Social e à Saúde |
| DDPP | – Departamento de Desenvolvimento |
| DF | – Distrito Federal |
| DiSS | – Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor |
| DSS | – Departamento de Serviço Social |
| DSST | – Divisão de saúde e segurança no trabalho |
| EC | – Emenda Constitucional |
| EMAJ | – Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC |
| EUA | – Estados Unidos América |
| FAPEU | – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária |
| FASUBRA | – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras |
| FEESC | – Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina |
| FEPESSE | – Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos |
| FHC | – Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | – Fundo Monetário Internacional |
| FUNJAB | – Fundação José Arthur Boiteux |
| HU | – Hospital Universitário |
| IFES | – Instituições Federais de Ensino Superior |
| JMO | – Junta Médica Oficial |
| LER/DORT | – Lesão por esforço repetitivo e distúrbios osteomoleculares |
| MEC | – Ministério da Educação |

| | |
|----------|--|
| NAFTA | – Acordo de Livre Comércio da América do Norte |
| OMC | – Organização Mundial do Comércio |
| PCCTA | – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação |
| PDV | – Plano de Demissão Voluntária |
| PAS | – Programa de Atenção a Saúde |
| PQV | – Programas de Qualidade de Vida |
| PRAC | – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários |
| PRAE | – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis |
| PRDHS | – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social |
| PROUNI | – Programa Universidade para Todos |
| RH | – Recursos Humanos |
| RJU | – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União |
| SANPS | – Serviço de atendimento às necessidades psicossociais |
| SAPSI | – Serviço de atendimento psicológico |
| SASC | – Serviço de Atendimento a Saúde Comunitária |
| SINAES | – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| SINTUFSC | – Sindicato dos Trabalhadores da UFSC |
| SUS | – Sistema Único de Saúde |
| UFSC | – Universidade Federal de Santa Catarina |
| UNE | – União Nacional dos Estudantes |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 A UFSC FRENTE AOS DILEMAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA | 16 |
| 1.1 Países Latinos Americanos e a questão da Dependência: desdobramentos para educação pública superior brasileira..... | 17 |
| 1.2 Relação do Brasil com os organismos internacionais do capital e reflexos para o setor da educação superior pública..... | 22 |
| 1.3 A contra-reforma do ensino superior nos anos 90 | 27 |
| 1.4 A contra-reforma em curso na sociedade brasileira | 32 |
| 1.5 A Universidade Federal de Santa Catarina num contexto de contra-reformas do Estado brasileiro..... | 36 |
| 2 SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO..... | 44 |
| 2.1 Reestruturação produtiva e repercussões para a classe trabalhadora..... | 45 |
| 2.2 Reestruturação produtiva e Estado neoliberal..... | 52 |
| 2.3 As demandas para o Serviço Social organizacional/institucional diante da reestruturação produtiva..... | 55 |
| 2.4 Reestruturação produtiva, Estado neoliberal e a saúde do trabalhador | 60 |
| 2.5 Saúde Mental e Trabalho | 64 |
| 3 O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA UFSC:..... | 69 |
| 3.1 A Divisão de Serviço Social (DiSS) na UFSC..... | 69 |
| 3.2 Política Institucional voltada aos servidores da UFSC | 73 |
| 3.3 Dilemas da DiSS frente a política interna voltada aos servidores da UFSC..... | 75 |
| 3.4 Pesquisa Empírica: Dados e análises dos resultados | 777 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 833 |
| REFERÊNCIAS | 87 |

INTRODUÇÃO

A profissão de Serviço Social historicamente é vinculada às organizações ou às instituições e, desde sua gênese, tem como uma das principais demandas nestes espaços, a “saúde do trabalhador”, em particular a partir do processo de reestruturação produtiva, acelerado no Brasil desde 1990, que trouxe forte impacto para saúde do trabalhador, pois além de aprofundar as doenças preexistentes, trouxe outras doenças decorrentes das novas tecnologias de trabalho e próprias das relações do mundo capitalista.

Esse processo também teve reflexo no trabalho do Serviço Social, a partir das novas demandas requisitadas a este profissional dentro destes espaços de trabalho. No entanto, nem sempre as condições se mostram adequadas para o assistente social desenvolver seu trabalho de forma que possa materializar os preceitos do Projeto-Ético-Político e do Código de Ética Profissional, dada a força das políticas neoliberais que perpassam os espaços públicos e privados, e acabam por precarizar as políticas sociais, atingindo a atuação do assistente social, uma vez que este profissional trabalha diretamente com tais políticas.

A relevância do presente estudo consiste em aprofundar o conhecimento acerca das demandas requisitadas ao profissional de Serviço Social no contexto de uma Instituição pública, vinculada ao Governo Federal, bem como sua importância é marcada pelo debate acerca dos desafios encontrados pelos profissionais para processar as demandas em tempos de neoliberalismo e de reestruturação produtiva.

O interesse pelo tema a ser tratado neste trabalho decorre da aproximação da autora com o objeto de estudo, a partir de sua inserção enquanto estagiária na Divisão de Serviço Social- Atenção ao Servidor (DiSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante a realização do estágio a mesma teve suas atividades voltadas ao atendimento dos servidores, o que trouxe certos questionamentos sobre as limitações institucionais as quais o Serviço Social enfrenta para processar as demandas trazidas pelos usuários, perante a política de recursos humanos existente, voltada aos servidores e desenvolvida pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS).

Face ao exposto, este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral contribuir com o debate acerca das demandas trazidas cotidianamente à DiSS pelos servidores técnico-administrativos e docentes

Tem como objetivos específicos conhecer o perfil da demanda que chega ao Serviço Social-Atenção ao Servidor (DiSS) identificando dentre estas as mais relevantes e, ainda, conhecer a política de atenção ao servidor desenvolvida pela área de recursos humanos.

A problemática abordada neste trabalho visou investigar em que medida o Serviço Social dentro deste espaço sócio-ocupacional consegue processar as demandas trazidas pelos servidores frente à política interna de recursos humanos.

Na busca das respostas foram realizadas duas estratégias de pesquisas complementares, ou seja, uma pesquisa para conhecer a política institucional de atenção aos servidores e outra para conhecer o perfil da demanda do Serviço Social.

A metodologia utilizada no processo de conhecimento da política institucional de atenção aos servidores, delineou-se numa pesquisa documental, em que foram utilizados como instrumentais os relatórios Anuais da PRDHS e da DiSS dos anos 2005, 2006 e 2007 bem como, optou-se pelo estudo de campo, através de entrevista com profissionais da PRDHS, visando captar as interpretações e explicações dos informantes (assistente social, psicóloga e psiquiatra) a cerca do objeto de estudo, além de visitas institucionais aos serviços existentes dentro da UFSC. O processo de estudo de campo contou com a experiência da pesquisadora, na medida em que a mesma realizou por dois anos estágio na DiSS, o que possibilitou o contato direto com a realidade.

Para conhecer o perfil da demanda da DiSS, foi também realizada uma pesquisa documental, em que para colher os dados foram extraídas informações de um documento interno da Divisão, intitulado “Mapa do Cotidiano da DiSS” dos anos 2005, 2006 e 2007, no qual são anotados os atendimentos cotidianos realizados pelas assistentes sociais e estagiárias. Porém, foram também coletados dados contidos nas pastas individuais dos servidores dos anos 2005, 2006 e 2007 através dos relatos registrados pelas assistentes sociais, visto que estes servidores, nem sempre estão registrados no Mapa do Cotidiano da DiSS, pois, muitos atendimentos são realizados fora do espaço físico desta Divisão de Serviço Social e encontram-se registrados somente nas pastas individuais dos servidores.

Para realizar a pesquisa, primeiramente, foi necessário identificar as demandas trazidas, cotidianamente, à DiSS e a partir disto criou-se um código para cada uma, os quais foram chamados de indicadores. Foram identificados nove indicadores (Saúde Mental, Saúde Ocupacional, Benefícios, Relações Interpessoais no Trabalho, Sócio-Familiar, Aposentadoria, Ressarcimento de Despesas Médicas, Saúde /Outros e Outros) e explicado cada um.

Após foi apurado o número das demandas do ano de 2005, 2006, 2007 de cada indicador identificado, bem como o número de demandas trazidas por cada usuário, tendo em vista que as demandas se apresentam inter-relacionadas, ou seja, em muitos casos num mesmo atendimento é possível identificar mais de uma demanda.

A pesquisa caracterizou-se como quantitativa/qualitativa, na medida em que objetivou dar aos fatos uma interpretação que ultrapassasse a análise dos números e buscasse o conhecimento da realidade em sua totalidade. Para tanto, a concepção teórica utilizada foi o materialismo histórico dialético, uma vez que busca encontrar na parte a relação com o todo, considerando os aspectos históricos da realidade. Conforme menciona Minayo (1994), a abordagem dialética se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo de significados.

A apresentação deste trabalho inicia-se, na primeira seção, com a discussão sobre o ensino superior público no Brasil, situando a UFSC no ambiente político brasileiro, trazendo para o debate a subordinação do país às políticas neoliberais ditadas pelos países centrais e as conseqüências negativas para as universidades públicas, para seus trabalhadores e conseqüentemente para o trabalho do Serviço Social na gestão das Universidades Federais (IFES).

Num segundo momento, na segunda seção, será discutida a dinâmica da reestruturação produtiva e as políticas neoliberais no contexto da crise contemporânea do modo de acumulação capitalista, destacando suas inflexões para o trabalho do Serviço Social na área de recursos humanos, a partir das novas demandas que são requisitadas a este profissional, em particular aquelas relacionadas à saúde do trabalhador. Esta realidade será analisada no contexto da UFSC e no espaço da DiSS, uma vez que a universidade assim como a sociedade em geral, é afetada pelos processos citados.

Na terceira seção, as duas estratégias de pesquisas complementares, já mencionadas, serão apresentadas, com as análises, interpretações e conclusões dos resultados obtidos durante o processo de estudo.

Encerra-se o trabalho com as considerações finais, apontando algumas sugestões à PRDHS, visando contribuir para o desenvolvimento das políticas voltadas aos seus servidores.

1 A UFSC FRENTE AOS DILEMAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

A UFSC por ser uma Instituição pública, vinculada ao Governo Federal, vem sofrendo as conseqüências das contra-reformas neoliberais que estão sendo implementadas e aprofundadas no país, em particular a partir da contra-reforma universitária recolocada em movimento pelo último governo na intenção de ajustar a universidade às necessidades do mercado. A UFSC como outras universidades públicas brasileiras, vive um processo de estagnação, defrontando-se com escassez de recursos e corte dos direitos trabalhistas dos seus servidores¹, num quadro que vem comprometendo o funcionamento adequado da universidade.

As “reformas” que hoje vem sendo implementadas, inscrevem-se no escopo das políticas neoliberais e constituem-se, claramente, em expressão da perda de direitos já conquistados pelos trabalhadores, para tanto é preciso qualificá-las como um processo de contra-reforma.

O descaso dos governos com a universidade pública tem resultado em prejuízo para o ensino, a pesquisa e a extensão, a partir da deterioração física dos estabelecimentos, sem renovação do acervo das bibliotecas e conservação dos laboratórios, o que acaba por disseminar o desânimo e a descrença de seus alunos e servidores.

Através de projetos de leis e medidas provisórias os governos neoliberais vêm desmantelando a universidade e os trabalhadores da UFSC sentem, cotidianamente, os efeitos de uma política voltada aos interesses do capital parasitário internacional e da burguesia brasileira.

Esse arcabouço de precariedades tem resultado no desânimo e descrença de toda comunidade universitária (alunos, professores e servidores técnico-administrativos) e um reflexo negativo para a saúde física e mental dos trabalhadores, que sofrem com as condições inadequadas de trabalho e constante perda de direitos historicamente conquistados.

Nesta direção, para poder situar a UFSC no contexto político de contra-reformas do Estado brasileiro, será realizada nesta seção uma discussão sobre o ensino superior no Brasil, trazendo para o debate a relação de subordinação da política pública brasileira de educação

¹ O termo “servidor” refere a: servidor técnico-administrativo e servidor docente

em relação aos ditames dos organismos internacionais, a qual deve ser entendida no contexto de dependência dos países periféricos em relação aos centrais.

No entanto, ressalta-se que para discutir o processo de contra-reforma da universidade em curso no país, requer visualizar esta Instituição dentro da sociedade a qual se insere e das relações de poder que sobre ela atuam. Sob esta ótica, durante o processo de análise será buscado os aspectos históricos, políticos, econômicos na tentativa de apreciar a totalidade que a cerca.

1.1 Países Latinos Americanos e a questão da Dependência: desdobramentos para educação pública superior brasileira

O sistema capitalista desde sua gênese se processa por meio das relações desiguais entre blocos de países: os centrais e os periféricos, numa dinâmica que segue sucessivas fases durante seu desenvolvimento, e é marcada pela exploração dos países centrais sob os periféricos.

O ponto de partida da problemática do desenvolvimento dependente é que o sistema capitalista mundial é um espaço heterogêneo polarizado em torno de um centro dinâmico-que concentra as economias produtoras de um progresso técnico responsável pelos impulsos do desenvolvimento – e uma periferia dependente- composta de uma constelação de economias satélites que absorvem, com retardo e de maneira restrita, as transformações difundidas pelos centros hegemônicos. Daí a existência de grandes discrepâncias entre as formas ideais de funcionamento do capitalismo e seu modo real de operação na periferia (SAMPAIO JR; ARRUDA, 1999, p. 89)

A história da América Latina é marcada pela relação de subordinação dos países da região em relação aos países centrais, próprias da dinâmica da dependência, que afeta o processo de organização das políticas sociais para esta região em especial. De forma mais acentuada, nos anos 90, através da descaracterização das responsabilidades públicas frente aos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora deu-se ampla precarização seja dos serviços já restritos, seja dos direitos também residuais historicamente.

Nesta direção, enfatiza-se que na análise da política de educação superior brasileira será considerada a sua situação de dependência em relação aos países hegemônicos, uma vez que a história da nação brasileira, esta atravessada pela dialética da dependência²

² Nos termos de Marini (2005) dependência deve ser “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”, que só pode ser suplantada fora dos limites do sistema capitalista de produção

A dependência dos países da América Latina em relação aos países centrais é histórica, e não se resume à dependência econômica, mas é também cultural e política (FERNANDES, 1975).

Para abordar esta relação de dependência entre nações do mundo capitalista serão recuperadas as análises de Florestan Fernandes, privilegiadamente. De acordo com o autor a incorporação dos países da América Latina no espaço econômico, cultural e político do mundo global são baseados na dependência das nações hegemônicas:

As nações heteronômicas (ou dependentes) do mesmo mundo histórico cultural não têm alternativas. Permanecendo fiéis ao capitalismo, elas se condenam a um tipo de crescimento econômico e cultural que pode ser descrito sob o conceito de “desenvolvimento dependente”. Este conceito não significa apenas que elas estão sujeita a “crescer” através dos efeitos diretos e indiretos da difusão cultural. Mas que a difusão cultural se desenrola, nos diversos níveis, em função de interesses e de dinamismos das sociedades hegemônicas, bem como das probabilidades de absorção de tais interesses e dinamismos por parte das sociedades heteronômicas (FERNANDES, 1979, p.115).

Seguindo as análises de Fernandes, tem-se que a dominação externa sob os países da América Latina é histórica, seguindo uma lógica de fases e de formas de dominação. A primeira fase foi experimentada por quase todos os países da América Latina no antigo sistema colonial, numa relação de exploração das metrópoles sob suas colônias.

O segundo tipo de dominação externa - neocolonialista - surgiu com a desagregação do antigo sistema colonial, marcando um período que vai do século XVIII até o XIX. Neste momento os países dominantes obtinham o controle apenas dos mercados dos processos econômicos.

O terceiro tipo apareceu como resultado da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa. Nesse período as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, principalmente através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sócio-cultural, tornando a dominação externa imperialista.

O quarto padrão de dominação surgiu em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos:

Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência de controle externo das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista (FERNANDES, 1975, p. 18)

A dependência cultural do Brasil remonta ao período do Brasil colônia, que se ocupava em reproduzir as experiências das universidades do exterior, importando inicialmente

o pensamento, teorias e métodos das universidades européias e, mais tarde dos Estados Unidos. Assim também é histórica a dependência econômica e política, uma vez que os empréstimos do Brasil também datam da época que o Brasil era colônia de Portugal e, aumentam de forma assustadora no período da ditadura militar (1964-1984) em nome da modernização e crescimento do país.

O crescimento econômico do país foi inegável no auge da ditadura militar (1968-1973), no entanto, no ano seguinte estava instaurada a nível mundial a crise do modo de acumulação capitalista, sendo que para o Brasil as conseqüências desta crise foram ainda mais graves, uma vez que, o “milagre” econômico foi feito com financiamento externo o que implicou no aumento gigantesco da dívida externa do país, cresceu a concentração de renda, desemprego, arrocho salarial, corte de investimentos com as políticas sociais, num quadro que acirrou a questão social do país.

Desta forma, o processo de “modernização conservadora” condicionou, ainda mais, a situação de dependência do Brasil em relação aos países hegemônicos e hoje os resultados para a universidade pública é de profunda crise, uma vez que, é acelerado o processo de redução das verbas destinadas ao setor, e incentivado o processo de privatização e mercantilização.

A implantação das universidades brasileiras, de fato, só começou a acontecer a partir do ano de 1920, pois, anterior a isso, o sistema implantado foi fragmentado em escolas de ensino superior. Em 1934, havia cinco universidades no país, todas públicas e estaduais. Em 1954 este número passou para dezesseis universidades (das quais 5 eram confessionais). Em 1950 houve a federalização da maioria das universidades estaduais. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 05).

A primeira grande reforma da educação superior acontece em 1931, no governo de Getúlio Vargas, a partir da promulgação do decreto nº. 19.851 que cria o Estatuto das Universidades Brasileiras.

Os ideários da Reforma Universitária de Córdoba, baseadas nos princípios da autonomia universitária, gestão democrática, gratuidade do ensino superior e compromisso social, chegaram tardiamente no Brasil através da União Nacional dos Estudantes (UNE), no início dos anos 60, no entanto, o movimento reformista foi interrompido pelo golpe militar de 1964 e o governo propôs uma reforma inspirada no modelo das universidades americanas, que até os dias de hoje orienta a estruturação acadêmica da universidade brasileira, ou seja, através de sua constituição de disciplinas e departamentos.

As reformas durante o governo militar foram precedidas pelos acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development), onde o Brasil receberia apoio técnico e financeiro para implementar as reformas, que visavam atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente de interesse norte-americano. Desta forma, nesta década houve um processo de privatização sem precedentes do ensino no país, caracterizando a educação enquanto um grande negócio e desresponsabilizando o Estado de seu dever, destinando verba pública para a iniciativa privada.

Neste período há uma acentuada retração de crescimento da universidade pública no país, especialmente das federais, e a explicação encontra-se no favorecimento da expansão do ensino superior privado mediante largos subsídios do governo para este setor. A grande explosão das universidades privadas acontece a partir da década de 70, coincidindo com a crise da dívida externa.

O governo ao invés de investir na educação pública no sentido de democratizar a política de educação, segue uma lógica que acaba fortalecendo distorções no acesso a educação que perdura até os dias de hoje, uma vez que as camadas mais favorecidas conseguem ingressar no ensino gratuito enquanto as camadas mais empobrecidas precisam pagar pelo acesso a educação.

Sobre esta questão Florestan Fernandes faz uma interessante análise, advertindo que integração dependente do Brasil não é uma imposição “de fora para dentro”, mas esta articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir internamente as relações de dominação ideológica e exploração econômica:

O caminho seguido pelo Brasil, que levou à disseminação de escolas superiores inoperantes, ao congelamento das universidades como fator social construtivo e à dissipação de recursos educacionais escassos, não é historicamente inevitável. Ao que parece, esse caminho não constitui uma fatalidade. Ele poderia ter sido evitado, se prevalecesse uma orientação menos egoísta e conservadora na atuação política das classes possuidoras e das suas elites culturais (FERNANDES, 1979, p. 117).

Assim, pode-se afirmar que o desmantelamento da universidade pública encontra-se balizada no governo militar a partir do processo de “modernização conservadora” instaurado no país. Os governos militares com objetivo de fazer o país crescer incentivaram as exportações e atraíram capitais estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA).

Após ser triturada pelo moinho do governo militar, a universidade brasileira era outra. Para a coalizção- inclusive os intelectuais que se engajaram, direta ou indiretamente, na “modernização conservadora”-, a universidade

reformada finalmente havia tomado partido da modernização, conforme o modelo norte-americano institucionalizado pela Reforma Universitária de 1968, auspiciada pela Agência para o Desenvolvimento Internacional da América do Norte (USAiD) removendo o bolor europeu que ainda pairava sobre o laboratórios, bibliotecas e sala de aula. A universidade deveria empenhar-se na modernização (LEHER, 2005, p. 100).

Nos últimos anos da ditadura militar estava instaurada a crise das universidades, uma vez que a restrição das verbas era ainda maior que a década anterior e, já nos anos 90, a ideologia neoliberal toma grandes proporções nos países, através da pressão dos organismos internacionais para que os governos nacionais realizem ajustes econômicos, tornando o Estado máximo para o mercado e mínimo para as políticas sociais.

Pode-se constatar através destas análises que padrão dependente de desenvolvimento dos países periféricos, em especial após a Segunda Guerra Mundial, estimulou a exploração dos países imperialistas, num processo de dependência que perdura e se acentua até hoje.

A dependência do Brasil em relação aos países hegemônicos é anunciada através de um “Imperialismo Total” (Fernandes, 1975). O novo padrão de imperialismo não se constitui apenas num produto de fatores econômicos. “No centro do processo está a grande empresa corporativa e, portanto, o capitalismo monopolista” (FERNANDES, 1975, p. 20).

O desenho particular do “Imperialismo Total” incide no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, da comunicação e o consumo de massa, até a importação maciça de tecnologia e de uma concepção de educação voltada para a formação da força de trabalho e para a conformação aos valores burgueses; aprofunda as dificuldades para que os países latino-americanos garantam seu crescimento econômico em fundamentos autônomos e ainda instiga o fato de que nas economias periféricas, como ocorrem com os interesses privados externos, os interesses privados internos estejam empenhados na exploração do subdesenvolvimento como estratégia para garantir sua lucratividade. (FERNANDES, 1975).

Segundo Florestan Fernandes (1975) a lógica que impera nas universidades na periferia do capitalismo é a de formação de padrões de ensino superiores adaptados os requisitos educacionais de uma sociedade competitiva e de massas. O que está em jogo não é naturalmente a “revolução pela educação” na América Latina e também no Brasil, mas a exploração econômica e cultural, sob o desenvolvimento dependente.

1.2 Relação do Brasil com os organismos internacionais do capital e reflexos para o setor da educação superior pública

Como já esboçado, a dependência do Brasil em relação aos EUA marcou seu crescimento no período da ditadura militar mediante os empréstimos em nome do crescimento e modernização do país e acentuou-se a partir da década de 90, a partir da implantação das políticas neoliberais. Na prática, os países credores vêm interferindo nos rumos dos países periféricos através de suas agências multilaterais, em especial Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

A cooperação técnica e financeira do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial - BM) ao setor social brasileiro compreende a assessoria aos órgãos centrais de decisão, em áreas de política, planejamento e gestão, assim como desenvolvimento de projetos setoriais específicos e tem seu início marcado na década de 70. (FONSECA, 2000).

As ações do BM exercem forte influência na direção do desenvolvimento mundial, não somente pela grande quantidade de seus empréstimos e pela área de abrangência de suas ações, mas principalmente pelo papel estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, através de políticas de ajuste estrutural. Hoje o BM “conta com 176 países-membros, incluindo países do Leste Europeu e China e, seus empréstimos passaram de um patamar de 500 milhões de dólares (1947) para cerca de 24 bilhões (1993)”. (SOARES, p. 15, 2000).

Este Banco é o maior captador mundial de recursos financeiros, exercendo profundas influências no mercado internacional, assim como é o principal financiador de projetos de desenvolvimento internacional “acumulando um total de 250 bilhões de dólares de empréstimos desde a sua fundação (1944) até o ano fiscal de 1994, envolvendo 3.660 projetos”. (SOARES, p. 15, 2000).

O BM é composto atualmente por um conjunto de instituições lideradas pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange quatro agências: IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), a IFC (Corporação Financeira Internacional), a ICSID (Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos), MIGA (Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais) e o GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente). (SOARES, p. 15-16, 2000).

Desde a fundação do BM, os Estados Unidos da América (EUA) sempre teve um peso maior na sua gestão, assegurado inclusive sua presidência, o que se constitui para o governo deste país um instrumento auxiliar na execução de sua política externa. A explicação para a

hegemonia do EUA em relação ao BM encontra-se nos Estatutos do BM que estabelecem que a influência nas decisões e votações seja proporcional a participação no aporte do capital.

De acordo com SOARES (2000), após cinquenta anos de operação e empréstimos aos países periféricos de mais de 250 milhões de dólares, a avaliação do BM é extremamente negativa, uma vez que, financiou o desenvolvimento econômico desigual, ampliando assim de forma perversa a pobreza no mundo, a concentração de renda, a exclusão social e a destruição do meio ambiente. Hoje, uma das suas faces mais cruéis pode ser comprovada pela existência de 1,3 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza absoluta.

No Brasil, a crescente influência do BM no desenvolvimento econômico tem se mostrado de forma profunda e cruel. No período de expansão da economia que durou até a metade dos anos 70, o BM financiou um conjunto de projetos industriais e de infra-estrutura no país, que proporcionou o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda.

Nos anos 80, o FMI e o BM iniciaram um processo de imposição de programas de estabilização e ajuste da economia brasileira, dada a crise vivenciada pelo país na época ditatorial. A influência destes organismos se deu tanto na política interna quanto não legislação brasileira.

As políticas recessivas acordadas com o FMI e os programas de liberalização e desregulamentação da economia brasileira, estimulados pelo BM, induziram o país a apresentar no início dos anos 90 o agravamento da miséria e a exclusão social, com um contingente enorme da população vivendo abaixo da linha da pobreza.

A criação do BM e do FMI, na Conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, visavam, porém, um outro objetivo. Ambas as instituições caracterizavam-se como instrumentos para a reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial, sobretudo da Europa:

Sob forte hegemonia norte-americana os 44 países que se reuniram em Bretton Woods para discutir os rumos do pós-guerra buscaram criar instituições capazes de conferir maior estabilidade à economia mundial de forma a impulsionar o crescimento e evitar a emergência de novas crises internacionais. Inicialmente, o interesse das nações líderes concentrava-se no FMI, cabendo ao BM um papel secundário voltado para ajuda à reconstrução das economias destruídas pela guerra e para a concessão de empréstimos de longo prazo para o setor privado. (SOARES, p.18, 2000).

Entretanto, poucos anos depois da Conferência de Bretton Woods, surge a Guerra Fria, que acabou por influenciar as ações do BM, na medida em que este se envolveu progressivamente no processo de estabilização e expansão do sistema capitalista mundial,

através de programas de ajuda e concessão de empréstimos aos países do Sul no início dos anos 50. A partir desta década o BM foi adquirindo o perfil de financiador dos países em desenvolvimento, assim como ainda é na atualidade.

Com a crise do modo de acumulação capitalista iniciada nos anos 70, houve um declínio das influências das concepções keynesianas que dominaram as políticas macroeconômicas desde o pós-guerra. A forte influência das teorias neoliberais iria ganhar destaque na condução das políticas globais e seria o alicerce das ações do BM e FMI até os dias atuais. O BM tornou-se o guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por assegurar o pagamento da dívida e por incumbir a reestruturação e abertura dessas economias.

Nos anos 80, a crise do endividamento abriu espaço para transformar o papel do BM, sendo que os países em desenvolvimento, vivenciando uma situação de endividamento e de grave crise, passaram a depender quase que de forma exclusiva dos bancos multilaterais para receber recursos externos. O BM e o FMI passaram a impor a uma série de condicionalidades para conceder os empréstimos, num quadro de intervencionismo destes organismos na política interna e na própria legislação dos países dependentes destes recursos.

O objetivo dos programas de ajustes é assegurar o pagamento da dívida e transformar a estrutura econômica dos países de forma a fazer desaparecer características julgadas indesejáveis e inconvenientes ao novo padrão de desenvolvimento (neoliberal): protecionismo, excesso de regulação, intervencionismo, elevado grau de introversão, entre outros. A idéia central que passou a vigorar é que a maior parte das dificuldades desses países se encontra neles próprios, sobretudo na rigidez de suas economias. Conseqüentemente, reformas profundas em que suas instituições e políticas passaram a ser consideradas mais importantes do que o alívio da dívida. (SOARES, p. 23, 2000).

Os empréstimos fornecidos aos países em desenvolvimento foram distribuídos nas áreas de agricultura, energia, transporte, indústria, desenvolvimento urbano, água e esgoto entre outros, com maior ou menor ênfase em determinados setores dependendo do período. O Brasil até 1994 efetuou o valor de U\$ 22 bilhões de dólares de empréstimos do BM, ocorrendo o primeiro no ano de 1949, com um aumento significativo no período do regime militar.

O BM, tanto para o Brasil como para o restante dos países dependentes da América Latina, ao invés de cooperar para o alívio da dívida externa, ao contrário tem sido responsável por seu adensamento nos últimos anos. Desde 1987, o Brasil tem realizado transferências líquidas de recursos para o Banco. No período de 1988-1993, essas transferências alcançaram mais de 6 bilhões de dólares. (SOARES, 2000).

É crescente a influência que o BM vem tendo sobre o setor educacional nos países em desenvolvimento. O BM considera a educação um instrumento fundamental na promoção do desenvolvimento econômico e na redução da pobreza, conforme abaixo:

La inversión en educación lleva la acumulación de capital humano, que es fundamental para aumentar o nivel de ingreso y lograr un crecimiento económico sostenido (BANCO MUNDIAL, 1995: XV).

No entanto, é fundamental examinar as intenções reais das recomendações do BM e dos outros organismos internacionais, uma vez que partem de organismos que historicamente tem explorado os países em desenvolvimento e periféricos.

No Brasil a crise do Estado capitalista foi considerada por alguns neoliberais, entre eles BRESSER PEREIRA (1997), uma crise fiscal causada pelo Estado benfeitor, que necessariamente precisaria se reestruturar repassando suas responsabilidades com as políticas públicas de saúde, educação, transporte entre outras para o mercado.

Nesta direção, no primeiro governo de FHC (1995-1998) o Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira, utilizando-se do discurso da ineficiência do serviço público existente no Brasil, propôs uma contra-reforma para o Estado brasileiro, a chamada de Reforma Gerencial da Administração Pública Brasileira ou Reforma Gerencial do Estado (1995).

Desta forma, a universidade pública brasileira sofreu profundas mudanças nos últimos anos, particularmente a partir da referida contra-reforma do Estado, uma vez que,

a Reforma do Estado brasileiro pretende modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, um dos quais é designado Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não estatais, na qualidade de prestadoras de serviços. O Estado pode prover tais serviços, mas não os executa diretamente nem executa uma política reguladora dessa prestação. Nesses serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas, entendidas como “organizações sociais” prestadoras de serviços que celebram “contratos de gestão” com o Estado. A Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados (CHAUÍ, 1999, p. 01).

Como pode ser visto, esta contra-reforma propôs transformar as universidades em organizações sociais, porém, a mesma não foi aprovada e atualmente constitui-se numa tendência defendida por setores neoliberais.

Hoje as universidades estão passando por uma crise de legitimidade enquanto instituições sociais, pois, cada vez mais se voltam aos interesses do mercado lucrativo, ameaçadas de perder seu papel central na sociedade, como lugar de produção de cultura e do conhecimento científico.

[...] na alvorada do século XXI [...] proliferam-se nas universidades públicas as fundações de apoio privadas, pesquisas encomendadas pelo mercado, comercialização de cursos de vários tipos, currículos referenciados nas necessidades empresariais, métodos de avaliação importadas do setor produtivo, remuneração por produtividade, mudanças que em suma convertem-se a instituição em organizações sociais (CHAUÍ, 2001 apud LEHER, 2005, p.100).

CHAUÍ (1999) assinala que um novo modelo de universidade atinge nossas sociedades a partir da expansão do capitalismo de lucro máximo, levando-a a denominar a universidade a partir dos anos de 1990 de “Universidade Operacional”, aquela fechada sob si própria, centrada em suas próprias regras internas, voltadas para o lucro e não mais para projetos universais, com finalidades públicas, de direitos sociais. É a universidade:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios (CHAUÍ, 1999, p.02).

É preciso repensar a universidade como espaço institucional de formação humana, de reflexão crítica, de produção e socialização de conhecimentos que atendam ao bem da população, conforme coloca de forma brilhante Sobrinho (2005).

O sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só o mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico, que tenham sentido de cidadania pública [...]. Educação superior que realmente seja um bem público e efetivamente desenvolva o conhecimento e a formação como bens comuns e direitos de todos [...]. Que a universidade não dê razão ao mercado se e quando ele se impõe como razão da sociedade. Que a universidade não seja um motor de globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana (SOBRINHO, 2005, p. 172-173)

As universidades públicas brasileiras encontram-se inseridas neste conjunto de mudanças descritas acima, sendo alvo constante dos interesses do grande capital, que na

busca desenfreada de lucro acabam por modificar o papel histórico da universidade, num contexto de contra-reformas que coloca a educação como mercadoria.

As universidades estão cada vez mais preocupadas com a adaptação dos currículos às necessidades do mercado de trabalho, fenômeno que revela uma enorme transformação. Antes elas eram o local adequado para o desenvolvimento da pesquisa básica e tecnológica e tinham olhos voltados para o futuro. Hoje, a vanguarda é o “mercado de trabalho” e suas necessidades imperiais. (GUERRA, 2005, p. 12).

A reestruturação das universidades públicas será analisada nos próximos itens deste trabalho, trazendo para o debate o processo de contra-reformas do ensino superior público brasileiro nos anos 90 e analisando de que forma essa realidade afeta o servidor público no âmbito da universidade.

1.3 A contra-reforma do ensino superior nos anos 90

Como já ponderado anteriormente, a educação pública brasileira vem passando por uma profunda mudança, uma vez que vem se transformando em serviço rentável, num contexto de contra-reformas do Estado brasileiro que insiste seguir os princípios da doutrina econômica neoliberal, ditadas pelos países centrais.

Hoje a educação superior encontra-se embasada numa lógica voltada para a concepção da força de trabalho, sem preocupação com qualificação do ensino e com o papel social da universidade, estabelecendo-se assim uma tendência em que se “esquece” que a universidade é o espaço da produção científica, do valor social e da formação de sujeitos críticos.

No entanto, o processo de contra-reforma na educação, tão presente nos dias atuais, não podem ser entendidas descoladas do processo de reordenamento do Estado capitalista, que para sair da crise vem especialmente nos últimos governos realizando reformas também no setor da educação, num processo que coloca a educação à serviço do capital na sua nova etapa de mundialização, que se inicia nos anos 70, a partir da crise cíclica de acumulação capitalista.

O processo de contra-reforma da educação está diretamente atrelada às estratégias do imperialismo contemporâneo que, na busca de expansão do capital em crise, impõem uma política de submissão aos países dependentes, reduzindo as nações a mercados consumidores, obedientes e passivos, garantindo assim seus interesses de exploração, através da remessa do excedente econômico produzido pelos trabalhadores brasileiros para a acumulação do capital internacional.

No Consenso de Washington de 1989, firmado entre Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e governo americano, foram estabelecidas uma série de condicionalidades aos países dependentes como estratégias de superação da crise sistêmica do capitalismo.

A contra-reforma do Estado, a reestruturação produtiva e a internacionalização da economia estão entre as estratégias do capital para superar a crise capitalista. Nesta direção, a burguesia internacional aliada à burguesia nacional estabelece as condições de ajustes para o continente latino-americano, situação que tem resultado num acentuado desmantelamento do Estado, especialmente com a privatização do patrimônio nacional e a contenção do gasto social.

O Brasil, com o ilusório argumento da inserção na economia globalizada (imposta desde a colonização) segue as orientações do Consenso de Washington, fazendo reformas do Estado e econômicas, com o argumento do equilíbrio fiscal e da competitividade. “[...] no conjunto das orientações indicadas no Consenso de Washington, [...] na década de 80, estão: a indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada” (COUTO, 2004, p. 145).

Os neoliberais nacionais e internacionais, implementadores do capitalismo expansionista de lucro máximo, vem pregando a desobrigação do Estado com a área social, com o falso discurso de que a crise fiscal levou a uma reestruturação do Estado, passando este ao mercado atribuições que antes lhe competia tais como: a educação, saúde, habitação, transporte, seguridade social. No entanto, se sabe que as reformas estruturais foram uma resposta ao modelo de acumulação, em que o Estado precisou se adaptar as exigências do capital mundializado.

Como já enfatizado, a atuação dos organismos internacionais está diretamente atrelada ao aspecto financeiro, na medida em que fornecem empréstimos aos países periféricos, exercendo forte controle econômico, cultural e político nos países credores submetendo-os as regras do capital.

O objetivo supremo das políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI segue sendo viabilizar o pagamento dos ignominiosos juros e serviços da dívida, em favor do capital rentista. Ao assinar um acordo com o FMI, o país “flexibiliza” a sua soberania, chegando, até mesmo, a mudar os seus textos constitucionais para atender as *condicionalidades* inscritas nesses acordos como fizeram a Argentina, o Brasil e o México, tristes exemplos dessa situação. (LEHER, 2003, p. 01-02)

O processo de mercantilização da educação brasileira, em especial da educação superior, sob a diretriz política destes organismos, vem demonstrando um aprofundamento nos anos 90. Desde a década anterior, o BM e FMI defendem a mesma pauta de contra-reformas para a educação:

- a) Necessidade de investimento público no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) diversificação das fontes de financiamento da educação superior; c) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das novas tecnologias educacionais, principalmente através da educação superior à distância. (LIMA, 2004a, p. 04)

Na América Latina as medidas dos organismos internacionais, através de suas condicionalidades, impediram que os governos mantivessem como prioridade as políticas públicas, dentre estas a educação. “O afastamento do Estado do fomento à produção de conhecimento estratégico agrava a (e é uma consequência da) condição capitalista dependente dos países periféricos (LEHER, 2004, p.80).

Lima (2004b), ao analisar os documentos do Banco Mundial de 1995 e 1999, verifica que nas orientações destes organismos para a contra-reforma da educação superior, na América Latina na década de 90, está expresso a necessidade de reverter as verbas federais destinadas a educação superior para a educação básica, em especial a educação fundamental, uma vez que é entendido que para o nível superior é destinado um montante maior de verbas públicas do que para a educação básica. Tal processo seria possível, segundo orientações destes mesmos organismos, através da diversificação das fontes de financiamento da educação superior, deixando evidente a política de abertura deste setor para a iniciativa privada.

O discurso dos organismos internacionais, em particular do BM, considera necessária a redução das verbas públicas para a educação, principalmente a superior, abrindo espaço ao financiamento através do setor privado, o que acaba por gerar o aprofundamento do processo de mercantilização da educação brasileira.

Compartilham, igualmente, [governo e BM] as mesmas convicções sobre a reduzida eficácia dos gastos sociais³ e a crença nas ações resultantes das parcerias público-privadas⁴. Recente “pacote” que vem sendo operacionalizado entre o Banco e governo brasileiro tem como condicionalidade o fim da gratuidade do ensino superior. No documento do Ministério da Fazenda *Gasto Social do Governo Central 2001 e 2002* que, conforme o teórico de direita da escola Chicago, Gary Becker, postula que o

³ Brasil, Ministério da Fazenda, *Gasto Social do governo central: 2001 e 2002*, cit.

⁴ Brasil, PL n. 2546/2003.

ensino superior gratuito é o principal obstáculo a concretização da justiça social do país, sugerindo empréstimos aos estudantes para que estudem nas escolas privadas. (LEHER, 2004, p. 79).

Os governos brasileiros não hesitam em seguir as orientações dos organismos do grande capital, deixando que as políticas promovidas por estes interfiram de maneira decisiva na implementação da política brasileira de educação, em especial a superior. É desde o nacional-desenvolvimentismo que se assiste no Brasil a interferência dos organismos internacionais na definição da política brasileira de educação.

A abertura do setor educacional para investimentos de grupos privados continua crescendo nos últimos anos, o que resulta no empresariamento do setor sob três aspectos: Globalização do sistema educacional, Universidades corporativas e Ensino a distância (Lima, 2004b).

É crescente a globalização do setor educacional na América Latina, em que cada vez mais é incentivada associação entre universidades globais, com sede nos Estados Unidos e Europa e outros pólos de interesse do capital e universidades públicas e privadas da América Latina. As primeiras vendem modelos pedagógicos, programas de ensino e de livros didáticos as segundas, num movimento que permite aprofundar o empresariamento do setor.

A educação como serviço vem sendo aprofundada através da constituição de universidades corporativas implementadas na e pela própria empresa. Tem como objetivo a formação ou qualificação dos trabalhadores nos locais de trabalho com conhecimento dirigido aos interesses da empresa.

Ainda como sinal da mercantilização do setor educacional, verifica-se o incentivo à educação à distância, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico através da articulação de um mercado global, em que a principal estratégia para viabilizar esse sistema é a venda de pacotes tecnológicos e ou implantação de universidades virtuais, que se constituem áreas de interesse político e econômico para o capital internacional.

Com a ofensiva da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, em parceria com o BM e o FMI, é reforçado esse direcionamento da educação como serviço do capital. No entanto, a hegemonia dos EUA não está desarticulada do interesse na ampliação de mercados que tem na (OMC), por meio do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (AGCS), um forte aliado desde 1995. “O AGCS é um acordo global que permite às empresas transnacionais apoderarem-se dos serviços públicos do mundo, desmantelando as barreiras estatais regulamentando o comércio internacional das atividades não industriais e não agrícolas” (MAUÉS, 2006, p.85-86). O AGCS elimina qualquer obstáculo ao comércio e

investimentos e incentiva os governos a colocarem as normas nacionais a serviço da privatização e da desreponsabilização do Estado.

De acordo com a atuação da OMC, a educação se insere no setor de serviços não exclusivo do Estado, adquirindo este aspecto mais especificamente no AGCS. Desta forma, a educação entendida como serviço permite que qualquer país desenvolva essa atividade, bem como que a OMC tenha o poder de impor sanção aos países que não obedecerem as suas normas de liberalização.

Como já ponderado anteriormente, a política de mercantilização do setor educacional deve ser entendida num contexto mais amplo de busca do capital por novos mercados de exploração lucrativa. Atualmente esta prática vem se manifestando em acordos comerciais como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a Área de Livre Comércio da Américas (ALCA), ainda não aprovada integralmente, mas sutilmente incorporada em setores estratégicos, em alguns países, já.

O NAFTA constitui-se num acordo, envolvendo EUA, México, Canadá, que entrou em vigor em 1994, e permite o movimento das empresas multinacionais em diversas áreas e setores, dentre esta se insere a educação.

A ALCA tem como objetivo a formação de uma área de livre comércio continental, sendo uma prioridade para os EUA, conforme denuncia Lima:

À ALCA representa, de fato, uma das vias de materialização da nova ordem do comércio mundial, onde todas as atividades humanas são consideradas como serviços e os acordos comerciais garantem a ampliação dos direitos dos investidores e das empresas multinacionais que vendem serviços e bens (LIMA, 2003, p. 10)

A partir da análise deste cenário é evidente a pressão dos países centrais para que os países de economia desiguais abram suas fronteiras ao livre comércio, assim como a ênfase na redução das barreiras no setor de serviços onde foi incluída a educação.

O NAFTA, a ALCA e os programas dos organismos internacionais demonstram o movimento do capital na batalha por novos mercados e também a hegemonia dos EUA na implementação dos acordos citados.

O projeto neoliberal regido por estes organismos internacionais através dos acordos comerciais é caracterizado, desta forma, pelo aprofundamento do processo de privatização de setores estratégicos dos países periféricos, desnacionalizando a educação, a ciência e a tecnologia e as telecomunicações. (LIMA, 2003, p.12).

É estratégica assim a pressão para garantir que as empresas estrangeiras controlem empresas nacionais, escolas e centros de pesquisa dos países da periferia do capitalismo.

1.4 A contra-reforma em curso na sociedade brasileira

A sintonia dos governos brasileiros com as políticas desenvolvidas pelos organismos internacionais, principalmente FMI e BM, têm sido ratificada pelas políticas econômicas e sociais implementadas no país desde a década anterior. O Brasil vem adotando uma série de mudanças propostas pelo modelo neoliberal, sobretudo, a partir do governo Collor que,

implementou vários programas de estabilização, cortou gastos públicos, renegociou a dívida externa, promoveu abertura comercial, flexibilizou e estimulou o ingresso de capitais estrangeiros, deu início ao programa de privatização, eliminou diversos programas de incentivos e controle de preços, aumentou as exportações, além de ter desmantelado os serviços e as políticas públicas [...] as conseqüências dessas políticas não fogem à regra das experiências latino-americanas. O quadro recessivo que o ajuste impôs gerou queda renda *per capita*, aumento da concentração de renda, alastramento da pobreza e da exclusão social no país (SOARES, 2000, p. 36).

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade ao quadro de contra-reformas neoliberais do governo anterior, uma vez que ampliou o processo de abertura econômica, intensificando o processo de privatização e aprovando inúmeras mudanças na Constituição. Muitas mudanças se deram no sentido de atender os projetos do BM, como por exemplo: a contra-reforma da previdência, a revisão do sistema tributário, a concentração dos recursos para a educação no ensino básico entre outros.

O atual governo brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, vem efetivando a continuidade das políticas desenvolvidas pelo governo de FHC, de ajuste fiscal, reformas estruturais e de configuração da educação como um serviço não exclusivo do Estado, como um serviço público não-estatal, o que pode ser comprovado pelas relações estreitas desse governo com os organismos internacionais do capital, na direção do aprofundamento das contra-reformas estruturais propostas por estes organismos para a periferia do capitalismo.

A política de educação superior desenvolvida pelo Governo Lula além de vir mantendo a mesma pauta do governo anterior, vem também ampliando o processo de contra-reforma iniciadas por este, o que conseqüentemente resulta no aprofundamento do processo de privatização e sucateamento das universidades públicas brasileiras.

As políticas educacionais brasileiras, inspiradas principalmente pelo BM, realizaram um processo de contra-reforma em todos os níveis de ensino. No que se referem à educação superior, as medidas tomadas foram determinadas por vários documentos, sendo que “La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia”, documento emitido pelo BM,

constitui-se na base para as contra-reformas realizadas ao longo dos anos 90. (MAUÉS, 2006).

O documento aponta quatro estratégias de reformas: 1) fomentar maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento das instituições privadas; 2) criar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento fiscal e os resultados; 3) redefinir a função do governo no ensino superior 4) adotar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade. (MAUÉS, 2006, p. 83).

A partir desse documento, uma série de mudanças no setor educacional foram realizadas no governo de FHC (1995-1992) e vem sendo, como já afirmado anteriormente, aprofundadas pelo governo atual, através de uma segunda geração de contra-reformas neoliberais estabelecidas pelo pressuposto da educação inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado.

Dentro do processo de contra-reforma universitária instaurado no país, está o fortalecimento do conceito de público não-estatal, que se estabelece através da parceria público-privado, ou seja:

Na medida em que a educação é considerada um “bem público” e as instituições públicas e privadas prestam este serviço público para o conjunto da sociedade, está naturalizada a alocação de verba pública para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições de ensino superior públicas. (LIMA, K; LIMA, S. L. R 2006, p.63).

Os instrumentos utilizados pelos governos brasileiros para a privatização da educação superior referem-se: ao estabelecimento de parcerias público-privadas através da Lei de Inovação Tecnológica e o Sistema Federal de Educação; Proposta de Autonomia Universitária; instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) visando adaptar as instituições às metas da contra-reforma do governo.

A lei que regulamenta a parceria público-privada tem como objetivo central passar para o mercado as responsabilidades do Estado, tornando ainda mais tênues os limites entre o público e o privado. Esta Lei se aplica aos órgãos da administração pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas. Na medida em que, as universidades são caracterizadas como autarquias ou fundações públicas podem ser inseridas no projeto de contra-reforma em curso no país.

A parceria público-privada é a base da contra-reforma universitária, sendo o Programa Universidade para Todos (PROUNI) uma de suas expressões, pois, é através dele que o governo passa para a iniciativa privada a responsabilidade pela expansão do ensino superior.⁵

Os governos vêm fortalecendo as relações das universidades públicas com o mercado através de uma política de sucateamento das universidades públicas, o que conseqüentemente obriga estas a buscarem junto às empresas, através de suas fundações, a captação de recursos junto à iniciativa privada. No cotidiano dos trabalhadores do ensino, as jornadas são duplicadas para atendimento das novas requisições, com impactos importantes na saúde física e mental dos trabalhadores docentes e também técnico-administrativos.

A regulamentação da situação das “fundações de apoio” e a Lei de Inovação Tecnológica, que permitem o estabelecimento de contratos da universidade pública com empresas, é uma clara afirmação desta lógica mercantil.

As fundações foram criadas como forma alternativa de captação de recursos por parte das universidades, na medida em que as verbas públicas sempre se mostraram insuficientes. As fundações intermediam os serviços de pesquisa e extensão, entre outros, que os professores desenvolvem na universidade com o financiamento das empresas privadas, mas sobretudo público, e transferem parte deste investimento para as universidades. No entanto, as pesquisas realizadas com o apoio das fundações estão muitas vezes a serviço do lucro e dos interesses das empresas. Ademais as fundações visando viabilizar seus projetos recorrem a toda a infra-estrutura da universidade e o próprio nome da Instituição para fins particulares.

A Lei de Inovação Tecnológica permite uma nova relação entre as universidades públicas e empresas privadas. Essa lei pode constituir-se na subordinação da universidade às empresas privadas, na medida em que, tem como objetivo fundamental a transferência de tecnologia das universidades públicas para as empresas privadas, através de parcerias. Tal projeto abre espaço para as empresas atuarem mais abertamente nas universidades públicas, e colocar a pesquisa diretamente a serviço do mercado e do lucro. A Lei também permite que as empresas recebam recursos do orçamento do Estado e isenção de impostos. Desta forma, a universidade passa a ser usada tanto pelas empresas e por professores para gerar lucros, numa inversão total da lógica de uma universidade pública financiada pelo Estado.

⁵ O ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, a estudantes de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa (MEC, 2003).

A criação do Sistema Federal da Educação Superior é outro aspecto da contra-reforma universitária. Composto tanto pelas instituições públicas (federais, estaduais e municipais), quanto pelas privadas (universidades, faculdades, centros universitários e fundações), este sistema admite que as instituições privadas tenham os mesmos direitos das públicas, incluindo autonomia, financiamento do governo, termo de compromisso com o governo, relações com o poder público, entre outras.

O princípio da autonomia das universidades tem sido interpretado por alguns setores do governo como autonomia financeira, ou seja, desobrigação do Estado em financiar as universidades entendendo que as mesmas devem captar recursos junto à iniciativa privada, em concorrência com as demais instituições, tendo assim características de empresas.

A autonomia das universidades públicas é idealizada pelos governos através da geração de cursos financeiros pela própria Instituição, por meio de contratos, acordos e convênios, bem como através da cooperação financeira entre as universidades federais (IFES) e universidades privadas.

Outro instrumento controverso é o que se baseia na lógica do mérito para aferição das capacidades potencializadoras e necessidades das Instituições de Ensino Superior. Para tanto propõem-se à avaliação através do SINAES que se constitui numa ferramenta fundamental da contra-reforma universitária, pois se apresenta como um instrumento estratégico para obrigar as universidades a cumprirem os critérios estabelecidos pelo governo, subentendendo-se que boas avaliações são sinônimas de maior “autonomia” e mais verbas e reconhecimento pelo MEC.

Essas medidas sinalizam a forte lógica da privatização das universidades públicas de ensino superior, que vem se aprofundando nos últimos anos através da preferência dos governos pelo pagamento da dívida externa em detrimento ao investimento neste setor.

Uma drástica redução de verbas públicas para áreas sociais foi comprovada pelo quadro elaborado pelo Jubileu Brasil⁶, no período de janeiro a outubro de 2003, sendo que o governo Lula destinou mais de R\$ 86 bilhões ao pagamento da dívida externa e apenas R\$ 46 bilhões com gastos em saúde, educação, segurança, assistência social, urbanismo, habitação, cultura, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, energia e transporte.

O cenário de contra-reformas da educação superior em curso no país é declarado como um processo de “democratização do acesso” “fortalecimento da universidade pública”,

⁶ A Campanha Jubileu Brasil é organizada por um amplo conjunto de sindicatos e movimentos sociais, organizações populares e religiosas que atua na América Latina e Caribe, África, Ásia e o Pacífico, articulando a luta contra o pagamento da dívida pública dos países periféricos, a ALCA e a militarização (LIMA, 2006, p. 01)

“combate a mercantilização do ensino”, “avaliação e qualidade”, mas na verdade é uma grande estratégia de privatização e mercantilização do setor público de educação.

A política de reformulação da educação superior em curso sustenta e aprofunda o padrão dependente de educação superior vigente no país, o que resulta no agravamento da crise das sofridas pelas universidades públicas.

Diante de tal realidade é preciso pensar numa maneira eficaz para combater a política educacional neoliberal implantada em no país. Em primeiro lugar é preciso que façamos a crítica das políticas neoliberais da educação na ótica dos organismos internacionais e dos governos, que frente às imposições do imperialismo desconsideram os direitos constitucionais, garantidos através da luta da classe trabalhadora.

Combater o modelo perverso de expropriação globalizada perpassa pela capacidade de mobilização social e política da população dos países periféricos, para defender incansavelmente a educação pública, gratuita e de qualidade enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

É imperioso ao continente latino-americano resistir ao modelo neoliberal, que entrou com tanto vigor na região com o falso discurso de melhoria de vida da população, no entanto, se analisarmos a realidade de vida e de trabalho da maioria da população desses países, constituída de pobreza e de estagnação econômica, obteremos a prova que o neoliberalismo, como projeto ideológico construído pela burguesia internacional em resposta à crise estrutural do capital, é um gritante retrocesso e fracasso, como bem elucida Oliveira:

A América Latina foi avassalada pelo neoliberalismo [...] no último período do século e continua sob seu tacão. Somos a região com a maior desigualdade, maior até mesmo que a África. E, internamente, a desigualdade aumentou nas nossas sociedades entre o início dos anos 1990 e o começo dos 2000. (OLIVEIRA, 2004, p.65).

1.5 A Universidade Federal de Santa Catarina num contexto de contra-reformas do Estado brasileiro.

A UFSC é uma Instituição de Ensino Superior, de caráter público federal, inserida no âmbito da política pública de educação superior, vinculada ao Ministério da Educação. A UFSC foi criada pela Lei n.º 3.849 de 18 de dezembro de 1960, reunindo inicialmente as faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Engenharia Industrial.

A referida Instituição tem por finalidade “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 2008) ⁷, porém, em seu cotidiano de trabalho, os trabalhadores se ressentem das condições para alcançarem todas as finalidades.

A UFSC atualmente é composta por 11 Centros de Ensino⁸, e diversos setores administrativos, conselhos deliberativos, dentre eles, o mais importante é o Conselho Universitário (CUN) com representação dos Diretores de Centros e dos servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes.

Da gestão do Reitor Professor Lúcio José Botelho (2004-2008) à gestão do Professor Álvaro Toubes Prata, que tomou posse no dia 09/05/2008 como novo Reitor da UFSC, não houve alterações significativas na estrutura administrativa da UFSC. Atualmente a UFSC está composta por seis⁹ Pró-Reitorias responsáveis pela administração da universidade, sendo as mesmas divididas em Departamentos, Coordenadorias e Divisões.

O total de servidores atualmente na UFSC é de aproximadamente 4654 (dados fornecidos pelo Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal (DDAP) em 30 de agosto de 2007, sendo 1642 docentes e 2901 técnicos administrativos.

A UFSC é pessoa Jurídica de Direito Público, de natureza autárquica, especial para ensino, regida pelo Estatuto e Regimento Geral. A lei que rege a vida funcional dos servidores técnico-administrativos e docentes das IFES desde 1990, refere-se ao REGIME JURÍDICO ÚNICO.

Este é o regime jurídicos dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias, das fundações instituído pela Lei n.º 8.112/90. Esta lei define os direitos, deveres e demais parâmetros que devem regular o relacionamento entre empregado e empregador. A

⁷ Site pesquisado: www.ufsc.br.

⁸ Centro de Ciências da Educação (CED); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro Sócio Econômico (CSE); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Tecnológico (CTC); Centro de Ciências Físicas E matemática (CFM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Comunicação e Expressão (CCE); Centro de Ciências da Biológicas (CCB); Centro de Desportos (CDS).

⁹ Pró-Reitoria de Graduação (PREG); Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG); Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE); Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS); Pró-Reitoria de Infra-Estrutura (ProInfra); Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

este regime se incorporaram, por ocasião de sua criação, funcionários públicos¹⁰ que eram regidos pela antiga Lei n.º 1.711/52 (o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União) e os empregados públicos que eram regidos pelo regime celetista.

Anterior a esta data os servidores das universidades federais eram regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), com regime de trabalho contratual e sem vínculo empregatício estável, no entanto, mesmo atualmente as instituições públicas federais sendo regidas pelo RJU, encontram-se em situação de duplo vínculo contratual, devido as parcerias público/privada recaindo em situações contratuais terceirizadas, criando na mesma Instituição o convívio de trabalhadores regido por dois vínculos empregatícios, ou seja, as categorias de servidores públicos (RJU) e de empregados públicos (CLT), este último vem atender ao interesse dos governos neoliberais em “ressuscitar” a lei que criava empregos públicos.

Na atual conjuntura, a UFSC como as outras universidades federais está vivenciando diversas mudanças em decorrência da lógica neoliberal e da reestruturação produtiva que afetam a sociedade como um todo. Os trabalhadores da Instituição têm as greves como uma ferramenta de luta para fazer frente a esse quadro perverso de contra-reformas que atinge a comunidade universitária. Depois da reorganização da luta dos trabalhadores pela redemocratização, ainda sob o regime militar, a resistência tem sido a tônica do universo dos servidores técnicos e docentes, desde as primeiras medidas de ajuste fiscal e de contenção correções salariais, a partir do governo Collor de Mello.

Diversos intentos privatizantes foram freados por movimentos de resistência a, por meio de greves, mobilizações e ações parlamentares desde Collor, e a proposta de redefinição dos contratos de trabalho de docentes e técnico-administrativos foram bloqueadas (LEHER, 2004, p. 87).

Os ganhos obtidos na dimensão dos direitos trabalhistas tem sido proveniente da organização dos trabalhadores pela via sindical, Associação dos Professores da UFSC (APUSC) e do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC). LEHER (2004) reconhece o comprometimento dessas categorias na luta contra a contra-reforma universitária privatizante em curso no país “os sindicatos dos docentes e dos técnico-administrativos já estão engajados em lutas comuns. O movimento estudantil e os movimentos sociais igualmente irão desempenhar um papel crucial nestas lutas” (LEHER, 2004, 88).

¹⁰ (art.5º, II CF). Funcionário público é servidor estatutário, que não pode ser dispensado salvo mediante procedimento administrativo, conferida ampla defesa ao servidor. Empregado público é o regido pela CLT. (Disponível em: <<http://www.loveira.adv.br/material/dad.htm>>).

Segundo dados da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), de 1985 a 2004 foram 17 greves realizadas pelos servidores técnicos-administrativos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Corpo de Luta, 2004).

Já se constituiu em pauta de reivindicações dos trabalhadores da UFSC: a não privatização da universidade; plano de carreira; a contra-reforma da previdência, plano de demissão voluntária (PDV), a não privatização do hospital universitário (HU); o congelamento de salários; e contra tantas outras investidas do governo para sucatear a universidade pública e gratuita.

A presença das Fundações¹¹ na UFSC e o conjunto de empresas privadas instaladas dentro do campus vêm corroborar a forte relação público-privada já instalado nesta universidade, num processo que caminha para privatização do ensino superior público.

O Hospital Universitário (HU) da UFSC vem sendo constantemente ameaçado, pela privatização a partir do projeto de contra-reforma universitária que prevê a sua transformação em organização social dos Hospitais Universitários (HUs) em todo o Brasil.

A idéia é de que os HUs virem empresas públicas ou autarquias públicas, trazendo a modalidade de emprego público, com a contratação feita por seleção pública e não por concurso, o que permite que o trabalhador seja regido pela CLT e não pelo RJU. Dada a conjuntura fica evidente o modelo de hospital proposto pelo governo, ou seja, transformado em empresa privada, que recebe pacientes via convênios privados, tem relações de trabalho regidas pela CLT e financiamento deslocado do Ministério da Educação (MEC) para o Ministério da Saúde.

Nesta direção, a falta de servidores técnico-administrativos tem sido suprida pela prática da terceirização, e a falta de professores efetivos tem sido suprida por professores substitutos, num contexto de enxugamento do quadro de pessoal do Estado, que acaba por precarizar as relações de trabalho, conforme ilustra os dados abaixo:

A soma dos trabalhadores terceirizados é de (499), das fundações, (612) e dos alunos bolsistas (1690), num total de (2801), praticamente se iguala ao

¹¹ Cinco Fundações encontram-se instaladas na UFSC: FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária; FEPESE - Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos; FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina; FUNJAB - Fundação José Arthur Boiteux; CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras.

número dos servidores técnicos administrativos do quadro, que hoje é de (2933). (Corpo de Luta, 2004, p.62)¹²

Por muitos anos a UFSC ficou estagnada em relação à abertura de concursos públicos. O último concurso realizado foi para o provimento de cargos e salários do HU em 2004. Neste ano de 2008, houve a aprovação pelo MEC da abertura de novo concurso público, realizado em 15/08/2008, para o provimento de cargos em diversas categorias dos níveis de apoio, médio e superior totalizando em 148 vagas¹³

Mesmo com a admissão de tais servidores, há registros junto a PRDHS da UFSC que alguns cargos não foram supridos, pois alguns foram extintos como, por exemplo, o cargo de cozinheiro e, muitos outros foram solicitados, porém, não foram autorizados como, por exemplo, engenheiro do trabalho.

Cabe, neste apanhado preliminar, mencionar também a contra-reforma da previdência de 2003 que, através da Emenda Constitucional nº 41 (EC41) mais uma vez atinge os servidores públicos. A contra-reforma trata, basicamente, de mudanças no sistema previdenciário dos servidores públicos, prejudicando estes trabalhadores, na medida em que, não há garantia da aposentadoria integral, acaba com a paridade entre aposentados e inativos e passa a descontar a contribuição previdenciária dos já aposentados. A contra-reforma da previdência também reduz as pensões e aposentadorias, privatiza o sistema previdenciário criando os fundos complementares de previdência, aumenta o tempo de serviço para a aposentadoria e ainda cobra pedágio para aqueles que se aposentarem antes dos 60 anos para homens e 55 para mulheres.

A EC nº41 restringe direitos na medida em que aumenta o tempo de contribuição do trabalhador e altera o cálculo de benefícios em nome do equilíbrio financeiro, num quadro que culmina na exploração da força de trabalho.

¹² Com relação aos dados referentes ao dimensionamento da força de trabalho da UFSC, através do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de pessoas (DDPP) da PRDHS foi realizada uma pesquisa para conhecer a força de trabalho nos centros de ensino da UFSC. Os dados, atualmente estão em fase de conclusão e estarão disponíveis ao longo de 2008. Dados preliminares do estudo indicam uma proporção elevada de bolsistas, terceirizados e outras formas de contratação em relação ao número de servidores técnico-administrativos, assim como indica um número reduzido de professores em relação ao número de alunos de graduação e pós graduação, variando conforme o Centro de Ensino e suas especificidades.

¹³ Para efeitos de consulta técnica os registros relativos aos concursos públicos realizados na UFSC estão junto ao DPPP/PRDHS.

O reajuste salarial é uma reivindicação histórica dos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC, que permaneceram por aproximadamente doze anos com seus salários congelados.

O último Plano de Cargos e Salários para os servidores técnico-administrativos, denominado nas IFES como: Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE /LEI 11.091/05) ocorreu no ano 2006.

O PCCTAE tem como proposta trazer novas perspectivas de desenvolvimento para aqueles servidores que estavam no final do plano anterior, além de incorporar novos valores à concepção de carreira até então vigente. Na busca da capacitação e da qualificação dos servidores, cria novos instrumentos que possibilitam um diagnóstico efetivo das condições de trabalho e do quadro funcional existente. Três programas básicos devem sustentar o desenvolvimento do PCCTAE: capacitação, avaliação de desempenho e dimensionamento. Estes três programas foram idealizados para funcionar de forma integrada.

No entanto, o plano de 2006 trouxe uma distorção salarial entre o nível superior e o nível médio, ficando ambos os níveis com salários aproximados. Essa situação tem gerado conflito e desânimo entre os trabalhadores dentro da UFSC e pode ser entendida como uma estratégia do governo para enfraquecer a luta conjunta dos trabalhadores de nível médio e superior, que hoje encontram dificuldades para articular-se, inclusive com a organização independente dos profissionais de nível superior em busca de reparação da tabela salarial.

Estão previstos mais cortes de direitos trabalhistas dos servidores a partir do Projeto de Reforma Sindical e do Projeto de Reforma Trabalhista. O Projeto de Reforma Sindical constitui-se na base para a Reforma Trabalhista, na medida em que deixará os trabalhadores sem força para barrar esta Reforma.

Outra problemática encontrada na UFSC refere-se à inexistência de uma política de assistência a saúde dos servidores pelo MEC, sendo inclusive esta uma reivindicação histórica dos trabalhadores da Instituição. Recentemente na Instituição foi implantado um plano de saúde de caráter público/privado, destinado aos seus servidores técnico-administrativos e docentes, subsidiado pelo Governo Federal.

O plano trata-se de um contrato estabelecido entre a UFSC e a UNIMED¹⁴ e prevê um auxílio suplementar por parte do governo, com a contrapartida do servidor. No entanto, o referido plano presume o auxílio somente para os técnicos- administrativos, enquanto para os professores o governo declara não ter verba para subsidiar.

¹⁴ Cooperativa que vende planos de saúde.

Disto posto, avalia-se que esse plano de saúde constitui-se em mais uma forma de injetar dinheiro público na iniciativa privada, além do que, não poderá atender todos os trabalhadores da Instituição, dado o seu caráter contributivo e de contrapartida nos valores de cada consulta e exame realizado pelo usuário. Um dos fatores limitantes da adesão dos servidores refere-se à margem consignada¹⁵, a qual não pode ultrapassar 30% do salário base do servidor.

Neste contexto supõe-se que haja um número significativo de servidores que não poderão aderir ao plano de saúde, necessitando utilizar os serviços via SUS, o qual tem sem mostrado ineficiente para atender a demanda da população dada a falta de investimentos do governo para esta área.

Através de projetos de leis e medidas provisórias os governos neoliberais vem descaracterizando a universidade como Instituição pública, e os trabalhadores da UFSC sentem cotidianamente os efeitos de uma política voltada aos interesses do capital parasitário internacional e da burguesia brasileira.

A análise realizada neste trabalho comprova a crise sofrida pelas universidades de caráter público e gratuito em todo país, pois ao longo dos anos 90, o espaço acadêmico foi robustecido por práticas privatizantes e mercantis. Diante de tal conjuntura é impreterível a luta contra o capitalismo dependente e a heteronomia cultural, “embora sem a ilusão de que será suficiente manter apenas a universidade como protagonista dessas lutas, mesmo porque em seu interior haverá forças conservadoras que sairão em defesa do projeto em curso” (LEHER, 2004, p. 87).

O contexto descrito expressa uma análise de conjuntura da qual faz parte a UFSC, a PRDHS, e conseqüentemente a DiSS, já que esta atua diretamente com os servidores da Instituição que, como todos os trabalhadores brasileiros, também sofrem os reflexos da política neoliberal que está posta.

O total descaso dos governos com a universidade pública tem refletido de forma perversa na saúde dos trabalhadores da UFSC, uma vez que estes estão condicionados a trabalharem em condições inadequadas devido à falta de investimentos do governo, traduzindo-se num quadro que traz prejuízos para saúde física e mental destes trabalhadores.

¹⁵ Trata-se um valor que o servidor pode dispor para empréstimos, plano de saúde, financiamentos, que é descontado em folha de pagamento, porém o valor desses descontos não pode ultrapassar 30% do salário base.

Percebe-se claramente os reflexos sentidos no cotidiano profissional da DiSS, na medida em que estes profissionais também encontram dificuldades na sua atuação, pois encontram-se vinculados às políticas de gestão, orçamento e finanças das IFES.

2 SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO

O processo de reestruturação do sistema capitalista, em resposta a crise iniciada nos anos 70, estabelece dois tipos de ajustes estruturais, inerentes ao movimento do capital: o primeiro ocorre na esfera da produção, e é conhecido como reestruturação produtiva e o segundo, na esfera do Estado materializado no neoliberalismo.

As mudanças ocorridas trouxeram impactos tanto na organização da sociedade quanto no conjunto das relações que se estabelecem entre capital, trabalho e o Estado. No Brasil a reestruturação produtiva vem utilizando novos e modernos padrões de produção que têm reforçado o desemprego e a precarização das condições de trabalho, aliado a desresponsabilização do Estado neoliberal que se mostra mínimo para as políticas sociais e interesses da classe trabalhadora e máximo para os interesses do mercado capitalista.

Todas essas mudanças têm forte impacto nas políticas de recursos humanos nas instituições e organizações e, particularmente para o trabalho do assistente social dentro desses espaços, uma vez que novas demandas lhe são requisitadas, exigindo que este profissional seja capaz de processá-las de forma efetiva, o que se traduz num grande desafio para este profissional, na medida em que suas condições trabalho também se alteram diante das mudanças em curso.

Nesta seção, inicialmente será tratada das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, no entanto, visando uma compreensão mais adequada da atual forma de organização produtiva, torna-se imperativo tratar do paradigma anterior de organização, ou seja, o taylorismo-fordismo-, e sua crise, para, adiante identificar e caracterizar o novo parâmetro de organização produtiva: o toytismo.

A partir disso, será trazido uma discussão do trabalho do Serviço Social nas Instituições/Organizações, destacando as novas demandas que vem sendo requisitadas ao profissional de Serviço Social, partir das mudanças ocorridas, para poder situar a Divisão de Serviço Social (DiSS) da UFSC dentro deste contexto, enquanto um setor inserido dentro Instituição pública que vem sendo atingida pelas mudanças em curso que transcorrem toda a sociedade, perpassando o público e o privado.

2.1 Reestruturação produtiva e repercussões para a classe trabalhadora.

As profundas mudanças ocorridas na sociedade refletem atualmente, sobretudo nas relações de trabalho e de produção. Na era da globalização da economia, das inovações tecnológicas (robótica, automação, microeletrônica) surgem novas modalidades de produção, consumo e de gestão da força de trabalho, a partir da flexibilização dos processos produtivos, e seus impactos na vida social.

O exercício do Serviço Social no setor de recursos humanos encontra-se inserido nesse processo de mudanças junto ao mundo da produção. Neste sentido, propõem-se discutir a dinâmica da reestruturação produtiva no contexto da crise contemporânea do sistema capitalista e as suas inflexões para o trabalho do Serviço Social na área de recursos humanos, a partir das novas demandas que são colocadas.

Parte-se do conhecimento que as profundas mudanças no mundo da produção trazem impactos inevitáveis para as diversas profissões, não sendo diferente para o Serviço Social que é uma profissão organicamente inserida na divisão sócio-técnica do trabalho.

As diversas mudanças ocorridas na organização da produção material, a partir do processo de reestruturação produtiva, trouxeram impactos nas políticas de recursos humanos e conseqüentemente para o trabalho do Serviço Social nas empresas públicas e privadas.

Disto posto, apreende-se que são grandes os desafios para os profissionais de Serviço Social, diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, na medida em que novas demandas são colocadas exigindo desse profissional um rearranjo de competências que abranjam as diversas dimensões do trabalho profissional.

Para analisar as inflexões surgidas no trabalho do Serviço Social diante do processo de reestruturação produtiva é necessária a compreensão da crise estrutural do capital e do capitalismo, que teve seu início na década de 70.

Vale ressaltar de início, que o sistema capitalista vive em crises, por isso, caracteriza-se como um sistema instável e altamente dinâmico, que perante suas oscilações precisa se reestruturar para garantir sua própria sobrevivência. Sob esta ótica, a reestruturação produtiva é entendida enquanto uma estratégia do capital frente à sua crise cíclica, que aparece em meados dos anos 70, num momento em que a economia mundial apresenta claros sinais de estagnação, com baixo crescimento da produção e da produtividade provocado pelos altos índices inflacionários, associado à explosão dos preços de petróleo.

Na busca de respostas para a crise do sistema capitalista iniciou-se um processo de reestruturação produtiva combinado com um redimensionamento do fluxo de capital com a mais ampla liberalização, cujos contornos mais evidentes se delinearam no aparecimento do neoliberalismo, com as privatizações do Estado, na desregulamentação dos direitos do trabalho, na desmontagem do setor produtivo estatal e ainda num intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES,1999).

Nesta direção, o processo de reestruturação produtiva, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo, acaba por interferir na organização da sociedade, bem como nas relações estabelecidas entre capital, Estado e trabalho.

Conforme afirma Ricardo Antunes (1999), embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta à crise capitalista procurou enfrentá-la somente na sua superfície, ou seja, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratou-se então de reestruturar o padrão produtivo vigente (não o modo de produção), na busca de recompor os patamares de acumulação existentes no período anterior.

Foi neste contexto que ocorreu a reestruturação do padrão de acumulação que já dava sinais claros de esgotamento, ou seja, ocorreu a transição do padrão taylorista e fordista para o padrão de acumulação flexível, mais conhecido como taylorismo.

O sistema de produção taylorista/fordista vigorou nos EUA e Europa, ao longo de praticamente todo o século XX, e baseava-se na produção em massa de mercadorias, se estruturando a partir de uma produção mais homogeneizada e imensamente verticalizada.

De acordo com Harvey (1995) a data simbólica do fordismo é de 1914, sendo este modelo de produção baseado nas teorias estabelecidas por Taylor sobre a administração do trabalho. No entanto, o fordismo traz como inovação, a visão de que a produção em massa resulta no consumo em massa.

Neste modelo de produção o trabalho era racionalizado, ou seja, no intuito de combater o desperdício na produção era reduzido o tempo dos movimentos e aumentado ritmo de trabalho, o que certamente gerava a intensificação da exploração da força de trabalho e a extração da mais valia.

No modelo taylorista/fordista a produção era em série e em grande escala, com uma produção altamente prodronizada, o que possibilitava uma produção em massa e o desenvolvimento do operário em massa (ANTUNES, 1999).

Assim, este modelo de produção traz uma forte divisão do trabalho, em que cada trabalhador executa uma mesma tarefa, tornando assim o trabalho rotinizado, com grande

repetição dos movimentos, sob uma metodologia de trabalho em que o operário não tem conhecimento de todo processo de produção e não se reconhece no produto que produziu.

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla de produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. (ANTUNES, 1999, p. 37).

O controle do trabalho era completamente hierarquizado, com um forte gerenciamento da força de trabalho, num processo que suprimia a dimensão intelectual do operário, na medida em que, a elaboração era transferida para a gerência científica, assim “a atividade de trabalho operário reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (Antunes, 1999, p. 37).

Esse processo de produção industrial capitalista, inicialmente expandiu-se para os EUA, e posteriormente para praticamente todo o processo industrial nos principais países capitalistas.

A introdução da organização científica taylorista do trabalho na indústria automobilística e sua fusão com o fordismo acabaram por representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX, sendo somente entre o final dos anos 60 e início dos anos 70 que esse padrão produtivo, estruturalmente comprometido, começou a dar sinais de esgotamento (ANTUNES, 1999, p.38).

Neste período, o capitalismo chegou a altas taxas de expansão mundial. A produção taylorista/fordista e a reprodução Keynesiana foram fortes aliadas no processo de desenvolvimento capitalista. A regulação e intervenção Keynesiana consubstanciada no Estado de Bem Estar Social (Welfare State) ocorreu nos países centrais do capitalismo com uma atuação forte nas políticas sociais redistributivas e de pleno emprego.

A intervenção do Estado se dava no sentido de financiar o capital, garantindo um certo poder aquisitivo dos trabalhadores e conseqüentemente do consumo dos produtos e dinamização da economia, por isso a intervenção do Estado voltava-se para a população economicamente ativa e inserida no mercado de trabalho.

Para atingir as metas, é necessário uma política voltada para impulsionar a expansão do emprego- daí a meta Keynesiana do “pleno emprego”- e manter um certo padrão salarial, negociando com as diversas categorias de trabalhadores, através de sua representação sindical. Coube ao Estado, viabilizar salários indiretos através das políticas sociais públicas, operando uma rede de serviços sociais, que permitisse liberar parte da renda monetária da população para o consumo de massa e conseqüente dinamização da produção econômica. (IAMAMOTO, 1997, p15).

Nos países periféricos, incluindo o Brasil, o Welfare State não se desenvolveu, na medida em que suas mercadorias estavam subordinadas ao capitalismo monopolista, no entanto, esses países até desenvolveram algum tipo de proteção social.

Foi num contexto de crise do padrão de acumulação taylorista/fordista que o toyotismo e a era da acumulação flexível se expandiram mais fortemente no Ocidente. A crise estrutural do capital fez com que se implementasse um vasto processo de reestruturação na busca de recuperar o padrão de acumulação antes vigente, que se expressaram em novas formas de gestão e controle do trabalho e a ampliação da exploração da força de trabalho pela mais-valia relativa e absoluta, principalmente nos países periféricos.

Marini (2005) traz que a superexploração da força de trabalho é a base para sustentação global do sistema capitalista. A superexploração ocorre mais fortemente nos países dependentes e periféricos, dado que o modo de produção capitalista desses países utiliza-se essencialmente da intensificação e extensão da exploração da força de trabalho com objetivo de servir ao capital mundial, e compensando as perdas da taxa de mais-valia impostas pelo intercâmbio desigual, ou seja, a economia dependente, incapaz de compensar as perdas no nível das relações de mercado mundial, busca compensá-la no plano da produção interna, razão pela qual o aumento da mais-valia, por meio da intensificação do trabalho, deriva de uma maior exploração do trabalhador:

Os três mecanismos identificados-a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho- configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva [...] Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se, sobretudo no uso extensivo e intensivo da força do trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. (MARINI, 2005, p. 156).

NORA (2007), a partir de Marini (2005), traz que a superexploração do trabalho na periferia difere daquela que se dá no centro – baseada na produção de mais-valia relativa, na qual a exploração é incrementada pelo barateamento das mercadorias de subsistência dos trabalhadores e pela introdução crescente de mercadorias. Nos países periféricos funda-se principalmente na produção de mais-valia absoluta, combinando a abundância da força de trabalho com a transferência da tecnologia poupadora da mão-de-obra já obsoleta nos países centrais.

De acordo com Marini (2005) a superexploração da força de trabalho, nos três mecanismos já citados, implica no arrocho salarial, extensão da jornada de trabalho, em

associação com aumento da intensidade do trabalho. Nestes três mecanismos são negados ao trabalhador condições necessários para o dispêndio da sua força de trabalho. Referente ao prolongamento e intensificação, o trabalhador é submetido a um desgaste elevado, provocando seu esgotamento prematuro. Estes três mecanismos culminam numa remuneração muito abaixo do valor do trabalho e correspondem, portanto, a uma exploração intensa da classe trabalhadora.

O novo padrão de produção se expressa pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo” (Harvey, 1995, 140), ou seja, em resposta a crise se consubstancia a chamada acumulação flexível.

O novo padrão de produção capitalista, a acumulação flexível, confronta-se com o padrão fordista rígido, de produção em série, de estoques maciços de mercadorias, de decomposição do processo de trabalho, de controle da mão-de-obra homem a homem, de consumo de massa, de mercados amplos e indistintivos. (SERRA, 2001, p. 154).

Nos termos de Iamamoto (1997), esse processo é impulsionado pela tecnologia de base micro-eletrônica, pela informática e pela robótica e passa a demandar novas formas de estruturação dos serviços financeiros e inovações comerciais, envolve também uma enorme desigualdade entre setores e regiões geográficas e ainda modifica as noções de espaço e tempo. “Cria um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (HARVEY, 1995, p.140).

A acumulação flexível tem como principal exemplo de experiência a do Japão chamada, de toyotista porque surgiu na fábrica japonesa Toyota. Esse modelo trouxe uma nova forma de exercer uma maior exploração e um maior controle sobre a força de trabalho. Está fundamentado no aumento da produtividade, concretizando-se por meio das inovações tecnológica e conseqüente precarização e a desestruturação das relações clássicas de produção, de gerenciamento e de envolvimento da força de trabalho.

No toyotismo o princípio básico é o *just in time*, que significa o melhor aproveitamento do tempo de produção. Em oposição à verticalidade do fordismo as empresas têm uma estrutura horizontalizada e exteriorizada, transferindo para “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro do espaço produtivo, ou seja, cria-se uma empresa matriz que reúne em torno de si pequenas e médias empresas que provêem produtos e serviços, estabelecendo-se a chamada terceirização, “enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente cerca de 25% da

produção no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a terceiros grande parte do que antes era produzido dentro dela. (ANTUNES, 1999)

Em oposição à produção em massa e homogeneizada e parcelar do modelo anterior, a produção na fábrica toyotista, é variada, heterogênea e totalmente voltada às demandas individualizadas dos mercados consumidores, com manutenção dos estoques mínimos, conforme a lógica do sistema “*kanban*”, que utiliza placas ou senhas para a reposição de peças e de estoque, que no toyotismo, eram mínimos. (ANTUNES, 1999).

Ainda que no Brasil dada a sua condição de país periférico, tais processos e dinâmicas tenham impacto diverso até mesmo residual em termos de produção de mercadorias para o consumo interno de massa, algumas repercussões podem ser observadas, como por exemplo, a exigência do trabalhador polivalente, em que produção se estrutura num processo flexível permitindo o operário exercer várias funções durante a produção ao contrário do modo repetitivo do taylorismo/fordismo.

No processo de produção toyotista, por meio do *team work* supõem-se uma intensificação da exploração do trabalho, bem como uma precarização das relações de trabalho, fortemente no Brasil, dado sua condição de país periférico, em associação às formas de superexploração já decifradas por Marini (2005), caracterizadas por três processos, representados pelo aumento da jornada de trabalho; pela maior intensidade de trabalho, sem a elevação do equivalente em salário; e pela redução do fundo de consumo do trabalhador (MARINI, 2005).

O toyotismo inaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de mais-valia [...] Este se estrutura preservando dentro das empresas-matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais e envolvidos em seu ideário, bem como ampliando o conjunto flutuante e flexível de trabalhadores com o aumento das horas extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários etc..., opções estas que são diferenciadas em função das condições de mercado em que se inserem. Quanto mais o trabalho se distancia das empresas principais, mais forte tende a ser sua precarização. (ANTUNES, 1999, p. 56-7).

Esse modelo de produção fundamenta-se no trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar fordista, em que são transferidas aos trabalhadores as responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção, o que no modelo anterior era realizado pela gerência científica.

As modificações ocorridas pela acumulação flexível pressupõem, na ordem do capital, formas diferenciadas de exploração da força de trabalho, a partir da captura da subjetividade dos trabalhadores e sua conseqüente submissão. (ANTUNES, 1999). Os Círculos de Controle

de Qualidade (CCQs) é um instrumento ideológico e de cooptação dos trabalhadores. Estabelece o “envolvimento cooptado”, em que a subsunção do trabalho ao capital é superior à existente nos processos de trabalho anteriores, uma vez que na nova lógica organizacional, o trabalhador passa a ser aparentemente controlador de si mesmo. O objetivo dos (CCQs) é a discussão pelos trabalhadores, do seu trabalho e desempenho, numa lógica de melhoria da produtividade nas empresas “convertendo-se num importante instrumento do *savoir-faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava” (ANTUNES, 1999, p.55).

O discurso da participação, da parceria e cooperação é acompanhado também pelo discurso da valorização, numa lógica de captura da subjetividade do trabalhador pela empresa, uma vez que este por si próprio adere às metas da empresa de competitividade. Como afirma Antunes (1999): a indústria do toyotismo busca capturar o corpo e alma do trabalhador, sem a necessidade da coerção física do tipo taylorista/fordista.

Na acumulação flexível a compressão do espaço e tempo traz um impacto enorme para o processo produtivo assim como na circulação e no consumo de mercadorias.

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição [...] possibilitam a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso. Serviços e mercadorias financeiros (auxiliado pelo comércio computadorizado) também foram acelerados de modo a fazer, como diz o ditado ‘vinte e quatro horas ser um tempo bem longo nos mercados globais de ações’ (HARVEY, 1995, p. 257-8).

Esse novo padrão de acumulação trouxe uma nova composição da força trabalho. De acordo com Harvey (1995), assim se reconfigura a estrutura de mercado de trabalho:

O centro-grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados Atlântico - se compõem de empregados em tempo integral, condição permanente e condição essencial para o futuro de longo prazo da organização [...] esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário geograficamente móvel [...] A periferia abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidade de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural”. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança que o primeiro grupo periférico”. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos (HARVEY, 1995, p. 143-4).

Harvey aponta para um mercado de trabalho formado por uma pequena parcela com emprego estável, detentora de uma força de trabalho altamente qualificada, e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e o restante da população com trabalhos, temporários, subcontratados, terceirizados etc, numa estratificação perversa bastante similar a composição do mundo do trabalho latino-americano marcado pela superexploração da classe trabalhadora conforme identificado por Marini (2005).

Antunes (1997), ao discutir as metamorfoses do mundo do trabalho, aponta para a subproletarização do trabalho, com objetivo de indicar uma tendência da precarização da força de trabalho no capitalismo contemporâneo. Subproletarização, entendido enquanto as “formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados à economia informal, entre tantas modalidades existentes” (ANTUNES, 1997, p. 44).

A flexibilidade do mercado de trabalho vem acompanhada do crescente desemprego a partir do enxugamento do quadro de pessoal nas empresas, bem como da desregulamentação dos direitos trabalhistas causadas pela informalidade na contratação da força de trabalho, no aumento da precarização das relações de trabalho, na redução ou eliminação de direitos sociais, rebaixamento dos salários, que afeta intensamente a defesa do trabalhador.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho vêm acompanhadas das profundas contra-reformas do Estado, a partir das políticas de ajustes, recomendadas pelo Consenso Washington.

2.2 Reestruturação produtiva e Estado neoliberal

Os ditames da modernização do capitalismo culminaram em mudanças expressivas no desenho das políticas sociais, em particular, nas economias periféricas e dependentes, mediante uma agenda de contra-reformas econômicas e políticas, num quadro que culmina na precarização das condições de vida e de trabalho do povo latino-americano.

A deserponsabilização do Estado face às políticas sociais pode ser entendida a partir da concepção “Estado burguês e dependente” trazido por Carnoy (1986), que atrelado aos interesses do capital imperialista protagoniza os ajustes necessários para manter a dominação interna e externa.

Na realidade brasileira o Estado tem se mostrado fiel aos ditames dos organismos internacionais do capital, configurando-se num Estado neoliberal e totalmente voltado ao interesses da classe dominante.

O novo padrão de acumulação associado à doutrina neoliberal atinge diretamente o processo produtivo que passa a ser conduzido pela soberania do mercado: fragmenta a classe trabalhadora, com a existência de diversos segmentos dos trabalhadores, aumenta o trabalho precário e parcial, temporário, subcontratado e terceirizado, aparecimento do desemprego estrutural, desindustrialização nas economias dos países periféricos, desregulamentação dos direitos do trabalho, dessindicalização dos trabalhadores e destruição do sindicalismo de classe, maior exploração do trabalho feminino, aumento do trabalho informal, novas formas de exploração dos trabalhadores por meio de atividades polivalentes e multifuncionais (SERRA, 2001).

De acordo com Anderson¹⁶ a proposta do neoliberalismo remonta à década de 40, formulada por Hayek, no livro intitulado “O Caminho da Servidão”. A ideologia e a teoria previstas nesse ideário neoliberal combatiam a política Keynesiana, opondo-se as funções reguladoras do Estado na vida social, defendendo o livre mercado. Desta forma, o Estado neoliberal surge como uma reação ao Estado de Bem Estar Social, sustentado no modelo keynesiano e na social democracia. Com a crise estrutural do capital nos anos 70, as idéias neoliberais são incorporadas como as grandes “salvadoras”. Preconizam combater as raízes da crise, ou seja, cortar os gastos sociais, assumidos pelo Estado, daí a necessidade de combater o poder dos sindicatos e do movimento operário, que reivindicavam melhores salários, condições de vida e trabalho o que possibilita o rebaixamento salarial e a competitividade entre os trabalhadores.

O neoliberalismo ressurgiu inicialmente nos Estados Unidos, depois Inglaterra e Chile. Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos, iniciaram a implantação do neoliberalismo. Na América Latina, sua implementação mais profunda teve início em 1989, a partir dos ditames do Consenso de Washington, que responde aos ditames do FMI e do Banco Mundial e se consolida na abertura de novos espaços de exploração do capital privado e na retirada do Estado na economia, sob a lógica do livre mercado. No Brasil, a ofensiva neoliberal teve início no final do governo Sarney, e atravessou os governos Collor e Itamar, aprofundando-se e consolidando-se com Fernando Henrique Cardoso (1994/2002) e apresentando continuidade no governo Lula da Silva (2002).

A implantação do neoliberalismo resultou no desemprego, em cortes dos gastos sociais, em implantação de uma política anti-sindical, ainda num amplo processo de

¹⁶ Anderson, P. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E o GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo. As políticas Sociais e o Estado democrático, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p.9-23.

privatização dos órgãos estatais, num quadro que culminou com o aumento do desemprego e das desigualdades sociais ao invés da retomada do crescimento econômico conforme sua proposta embrionária. Conforme ilustra IAMAMOTO (1997), o neoliberalismo

não consegue atingir os fins econômicos para os quais surgiu, ou seja, alavancar a produção e ampliar as taxas de crescimento econômico. Ora, o capital, ao invés de voltar-se para o setor produtivo é canalizado para o setor financeiro, favorecendo um crescimento especulativo da economia e não o seu crescimento produtivo. O aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de “se virarem no mercado” (IAMAMOTO, 1997, p. 20):

Nos termos de Atilio Boron¹⁷ as políticas neoliberais satanizam o Estado, o entendendo como responsável por todos os males da sociedade, enquanto por outro lado existe uma santificação do mercado e da iniciativa privada, o que justifica as políticas de privatizações, que resulta num Estado subordinado aos interesses econômicos e políticos dominantes, num contexto de prevalência do capital financeiro.

As políticas neoliberais tornam as políticas sociais cada vez mais focalizadas, ao tempo que são responsáveis pela destruição dos serviços públicos em função da retirada do Estado de suas responsabilidades. Sob esta ótica presencia o direcionamento do fundo público aos interesses do grande capital, em detrimento aos investimentos em políticas sociais, o que resulta no agravamento das desigualdades social.

A implantação das políticas neoliberais no Brasil produziu uma contraditória política de ajustes econômicos, concretizada a partir da privatização de estatais e de serviços públicos lucrativos, no corte de gastos sociais, até mesmo com demissão de trabalhadores do serviço público, na transferência de renda e de patrimônio público para o setor do capital privado, na entrada do capital estrangeiro, na privatização de setores estratégicos associada à internacionalização, na privatização de políticas sociais como, educação, saúde, previdência, assistência social entre outras, na sobrevalorização da taxa cambial, na mercantilização de políticas sociais, com a substituição a políticas sociais de caráter universal por políticas sociais compensatórias e focalistas, na desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, assim como em outras ações tomadas em nome do capital lucrativo.

¹⁷ BORÓN, A. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In: SADER, E. e GENTILI P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo..., op. Cit., pp. 63-118.

Em suma, a lógica neoliberal, trata de assegurar o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, uma vez que se caracteriza num Estado dependente, subordinado ao interesses dos organismos internacionais.

2.3 As demandas para o Serviço Social organizacional/institucional diante da reestruturação produtiva

Como visto, as transformações ocorridas na sociedade contemporânea diante do processo de acumulação flexível acabam por repercutir nas modalidades de produção, gestão e consumo da força de trabalho.

Os resultados da reestruturação produtiva no Brasil foram os elevados índices desemprego e a precarização das relações e condições de trabalho, num processo que, ao “contribuir para a fragilização da organização sindical, afeta as conquistas históricas dos trabalhadores, deixando patente o perfil conservador das práticas do capital” (CESAR, 2000, p. 118).

A flexibilização do trabalho, a racionalização da produção e a intensificação do ritmo de trabalho constituem-se em estratégias para as empresas enfrentarem o desafio da competitividade no mercado global.

Inegavelmente para materializar o aumento da produtividade há redução do trabalho vivo, que se expressa na diminuição dos postos de trabalho, na precarização das condições de trabalho e na intensificação do ritmo e execução das tarefas; mas, o verdadeiro cenário político da reestruturação produtiva no Brasil é a construção de um consentimento passivo dos trabalhadores. (CESAR, 2000, p. 118).

Com o advento da reestruturação produtiva, da globalização e inovações tecnológicas as empresas para tornam-se competitivas em nível mundial, acabam por redefinir as políticas de recursos humanos, direcionando estas políticas para uma lógica que permita “a formação de um novo comportamento produtivo do trabalhador, baseado na confiabilidade e no envolvimento do mesmo com os objetivos da empresa” (CESAR, 2000, p. 116).

Constituem-se no conjunto de mudanças trazidas para o Serviço Social a partir do processo de reestruturação produtiva: o redimensionamento do uso da informação, em que o “conjunto das informações acumuladas pelo Serviço Social passa a ser utilizada pelas gerências para verificação de controle e verificação no gerenciamento do trabalho, integrado ao planejamento global da empresa” (CESAR, 2000, p.129); a introdução de outra

racionalidade técnica atrelada aos princípios de eficiência e eficácia; a implementação dos programas participativos e a implantação do sistema de benefícios e incentivos.

Foi a partir destas transformações que aconteceu a absorção do Serviço Social pela área de recursos humanos, tanto para assessorar as gerências como para criar um comportamento dos trabalhadores adequado com a lógica produtivista da empresa.

Atualmente o Serviço Social tem sido chamado nas empresas para atuar com as tradicionais demandas, mas também com as novas requisições colocadas a partir do processo de reestruturação da produção.

Visitando Netto (2001), pode-se afirmar que o Serviço Social de Empresas nasce para “vigiar” a força de trabalho nas organizações, diante do processo de modernização do capital, que visa à eficiência e a produtividade nos processos de trabalho. O assistente social, neste contexto, passou a ser requisitado para responder às necessidades da produção e reprodução da força de trabalho, bem como para controlá-la, no sentido de adequar o comportamento do trabalhador à lógica produtivista da empresa e, assim, contribuir com o aumento da produtividade e o lucro.

No que se refere às demandas profissionais Iamamoto (1997) afirma:

O Serviço Social sempre foi chamado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho. (IAMAMOTO, 1997, p.30).

A partir das transformações que atingem as empresas, é que se abre um espaço maior para os profissionais que trabalham na área de recursos humanos, dentre eles também o assistente social, mas não exclusivamente.

De acordo com Iamamoto (1997) na atualidade ocorre uma ampliação das demandas para o assistente social organizacional, a partir da atuação desse profissional nos Círculos de Qualidade Total (CCQ), em equipes interprofissionais, em Programas de Qualidade de Vida (PQV), o que visa criar o comportamento produtivo almejado pelas empresas.

De acordo com as pesquisas realizadas em empresas por (CESAR, 2000), as mudanças ocorridas no bojo da Reestruturação Produtiva tem um impacto para o exercício profissional no que se refere a dois aspectos: o da atualização das demandas e das condições de trabalho.

O assistente social pelo reconhecimento de seu trabalho integrativo é requisitado a atuar na área de recursos humanos para satisfazer “necessidades humanas”, contribuindo para a informação da sociabilidade do trabalhador de modo a colaborar na formação de um comportamento produtivo compatível com as exigências das empresas. Essas exigências sugerem que o Serviço Social é considerado, pelas empresas, como um instrumento promotor da adesão do trabalhador às novas necessidades

destas. Para tanto refuncionalizam suas demandas tradicionais sob o “manto” da inovação e da modernidade (CESAR, 2000, p.126,).

Essa autora a partir de suas pesquisas analisa que a função do Serviço Social continua vinculada as relações de trabalho, sendo requisitado para intervir nos problemas que interferem na produtividade.

Este profissional continua a ser requisitado para intervir nas questões relacionadas à vida particular do empregado e que interferem no seu desempenho produtivo. Continua a ser um intermediador das relações entre chefias e subordinado, exercendo uma função de assessoramento as chefias, uma vez que historicamente os conflitos têm sido colocados para o Serviço Social, no entanto, com a mudança processada a gerência vem exercendo esse papel, porém com o assessoramento do Serviço Social.

A ação do assistente social também prossegue atrelada à prestação de serviços sociais, como a tradicional concessão de benefícios, com o estabelecimento de critérios de elegibilidade e a triagem sócio-econômica. No entanto, novas exigências interferem nessas atividades, tais como a disponibilidade da empresa, a otimização e racionalização dos recursos e a inclusão das avaliações de desempenho como critério de consumo de serviços.

As empresas prosseguem a contratação do assistente social para desenvolver trabalhos de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família, buscando responder os problemas sociais dos trabalhadores que afetam a produtividade, ou seja, problemas relacionados às condições de vida, de relacionamento familiar e ao âmbito de trabalho. Desta forma, permanece a função do assistente social associada ao tratamento de questões de natureza psicossocial, que não se relacionam diretamente com o processo de trabalho, reiterando a representação histórica do caráter humanitário da profissão.

No entanto, Cesar (2000) observa que se anteriormente tais questões estavam vinculadas ao discurso humanitário da empresa, na atualidade estão assentados na moral do envolvimento, do equilíbrio e da vantagem, quando essa relação é considerada como justa e vantajosa para ambas as partes.

Ainda, se de um lado a atividade profissional mantém o traço tradicional da prática, marcado pela natureza pedagógica da sua abordagem junto aos trabalhadores, o modo de socializar e utilizar as informações pelo Serviço Social se altera expressivamente, pois, no momento atual, as atividades do Serviço Social se aproximam da função gerencial, em que o assistente social, juntamente com outros profissionais de recursos humanos, está assumindo o papel de assessoramento dos gerentes - para que esses consigam melhor “administrar pessoas”- no que se refere às questões relacionadas à administração de pessoal, à integração

dos trabalhadores à lógica produtiva da empresa, e a questões que interfiram no cotidiano de trabalho. Desse modo, os usuários do Serviço Social não se resumem aos trabalhadores, mas aos próprios gerentes. Essa prática permite ao assistente social:

Colaborar com as gerências no processo de integração dos trabalhadores aos novos requisitos da produção e na “modernização das relações de trabalho”, em que os gerentes da linha passam a ser também responsáveis pelos problemas da área de recursos humanos, ou melhor, pelo gerenciamento de “pessoas e problemas” [...] esse assessoramento, em geral voltado para o tratamento das questões sociais ou interpessoais que afetam o cotidiano do trabalhador. (CESAR, 2000, p.128-9)

Esse dado mostra uma significativa mudança na prática do Serviço Social nas empresas, porque o assistente social afasta-se do cotidiano direto com o trabalhador e seu saber passa a ser utilizado pelas gerências.

Nas empresas pesquisadas por Cesar (2000), a intervenção do Serviço Social vem sendo marcada por demandas decorrentes de mudanças na produção. As empresas pesquisadas trouxeram para o Serviço Social demandas problemáticas decorrentes de tais mudanças: o *Stress* associado à instabilidade no emprego; a intervenção do assistente social na segurança do trabalho; desenvolvimento de programas comunitários (dependência química e relacionamento familiar).

A autora conclui que existe uma mescla entre tradicionais e novas demandas requisitadas ao Serviço Social na atualidade, no entanto, o que muda são as estratégias de competitividade adotadas pelas empresas. Para atender às novas exigências as empresas cobram do assistente certas requisições, uma vez que demandam um profissional não só “capacitado, mas capaz de compreender, implementar e administrar novos padrões de organização no processo de produção e dominar inovações tecnológicas, mas também assumir um comportamento produtivo que gere um desempenho “ótimo”, estável e previsível”. (CESAR, 2000, p.134,).

Assim, a reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que produz mudanças nas requisições, competências e perfil do assistente social nas empresas, acaba por modificar as condições de trabalho desse profissional, uma vez que o assistente social vem se deparando em seu cotidiano de trabalho com a racionalização das políticas sociais e de recursos sócioassistenciais do Estado e da própria Instituição a qual se vincula. Diante deste contexto, o assistente social sente dificuldades para dar respostas competentes às demandas dos usuários, culminando, muitas vezes, num quadro em que a competência deste profissional é questionada pelos próprios usuários e por outros profissionais.

O quadro de intensificação e precarização do trabalho que afeta o trabalhador na empresa também atinge o assistente social, a partir da intensificação do ritmo de trabalho; nova racionalidade exógena; instabilidade e insegurança devido à redução dos postos de trabalho, a exigência da polivalência e da multifuncionalidade; os esquemas de controle sobre o desempenho de seu trabalho.

A reestruturação produtiva, tanto em organizações públicas como nas privadas, vem impondo a todos os trabalhadores, incluindo também a categoria de assistentes sociais, mudanças que trazem repercussões como: precarização das relações de trabalho, ameaça de desemprego, exigências de polivalência, multifuncionalidade, desenvolvimento de novas habilidades, entre outras (ABREO; FÁVARO, 2001, p. 54).

A partir da realidade estudada, reconhece-se a contradição existente no exercício profissional dentro das organizações públicas ou privadas, na medida em que, o assistente social é requisitado para atender tanto as necessidades do capital como as do trabalhador.

Iamamoto (2002) expõem sobre o significado social da profissão- Serviço Social-, colocando que Serviço Social numa Instituição seja ela pública ou privada responde tanto as demandas do capital como do trabalhador, este participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como ao mesmo tempo e pela mesma atividade dá respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

No entanto, o profissional comprometido com o projeto ético-político hegemônico da profissão, que se põem ao lado do interesses da classe trabalhadora, e com os preceitos explicitados no Código de Ética deve encontrar possibilidades de ações que defendam os direitos dos trabalhadores, prioritariamente.

Como visto a partir das pesquisas realizadas, o trabalho do Serviço Social sofreu mudanças com o processo de reestruturação produtiva. Se isto é nas empresas que visam lucro, também pode ser equivalente nas empresas públicas, uma vez que toda a sociedade sofreu os impactos da reestruturação da produtiva, num processo que perpassa as instituições públicas e privadas.

Trazendo essa realidade para a UFSC que é uma Instituição pública que não produz diretamente o lucro, percebe-se que a lógica é a mesma de uma empresa privada, pois, hoje as universidades encontram-se em franca reestruturação das suas bases e organização, impulsionadas também pelo processo de descaracterização da educação como direito.

A universidade hoje, como aponta Chauí (1999), é sobrecarregada por contratos e editais de gestão, avaliada por índices de produtividade, é fortemente competitiva e cada vez mais a serviço do capital, em analogia ao que a autora denomina de “Universidade Operacional”. Tal realidade pode ser constatada na UFSC, pois, apesar de se constituir uma

Instituição pública e gratuita, muitos serviços hoje existentes são realizados numa lógica de parceria público/privado, produzindo uma relação puramente mercantilista no ensino, pesquisa e extensão.

Como nas empresas, os profissionais da DiSS também trabalham com a contradição inerente à profissão, atendendo interesses da Instituição e dos trabalhadores. Dentro deste contexto, percebe-se que o desafio maior do assistente social é ultrapassar a prática de mero mediador colocando-se como uma profissão que atua diretamente com o estabelecimento de políticas sociais e defesa dos direitos dos trabalhadores.

Apesar de a lógica ser a mesma de um empresa privada, como já afirmado, existem certas particularidades, devido à própria natureza da Instituição. A universidade não gera diretamente o lucro, por isso os processos de racionalização do trabalho baseado na eficiência e eficácia, bem como a implementação dos programas participativos e a implantação do sistema de benefícios e incentivos, visando gerar um consentimento passivo dos trabalhadores não são requisitados para o Serviço Social de forma tão acentuada.

A pesquisa referente à demanda realizada na Divisão de Serviço Social - Atenção ao Servidor (DiSS), a qual será apresentada de forma detalhada na próxima seção deste trabalho, mostrou que as demandas trazidas ao Serviço Social não diferem das existentes em uma empresa privada (com exceção das particularidades já mencionadas) ou seja, é chamado para intervir nas questões que se relacionam com o âmbito de trabalho: conflitos no ambiente de trabalho; situações relacionadas a saúde do trabalhador; problemas relacionados às condições de vida; de relacionamento familiar e assessoramento as chefias e as gerencias superiores da Instituição as quais se utilizam das informações do Serviço Social.

A referida pesquisa mostrou que a principal demanda trazida pelos servidores à DiSS, refere-se a ao indicador Saúde Mental. Está demanda deverá ser analisada a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, uma vez que os processos de reestruturação produtiva e as contra-reformas do Estado acabam por reconfigurar o mundo do trabalho com efeitos perversos para a saúde dos trabalhadores, em particular a saúde mental.

2.4 Reestruturação produtiva, Estado neoliberal e a saúde do trabalhador

No capitalismo a força de trabalho é central para a produção e reprodução do sistema, é requerida no mercado desde que tenha saúde física e mental em boas condições para realizar o processo de trabalho, e quando não respondem a tais necessidades é substituída.

A intensidade e o ritmo acelerado no trabalho e o número excessivo de horas na jornada são decisivos na precarização da saúde do trabalhador, podendo eliminá-lo, precocemente, do mercado. Nas condições de trabalho estão incluídas as atividades corporais e mentais dos trabalhadores, bem como os elementos materiais, físico-químicos, ambientais, temporais e também as relações de trabalho. (ABRAMIDES, 2004 p. 5).

O trabalhador, tendo consciência da necessidade de suas boas condições de saúde inclusive para permanecer vinculado ao mercado de trabalho, vem lutando para garantia de condições dignas de trabalho em relação à sua saúde.

No Brasil, o movimento operário historicamente lutou por uma jornada de trabalho limitada e por salários dignos, conseguindo através do processo de organização coletiva garantir importantes direitos, que hoje vem sendo flexibilizados com o processo de reestruturação produtiva e contra- reforma do Estado.

Na década de 80, alguns profissionais de saúde juntamente com o movimento de trabalhadores apontaram para a necessidade de um debate no âmbito da rede pública de serviços de saúde, denominada “Saúde do Trabalhador”. Referente a este conceito ABRAMIDES (2004) descreve como o processo de saúde e doença entre homens em sua relação com o trabalho.

Na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, (Brasília-DF) se consolidou um conceito ampliado de saúde, passando a ser entendida enquanto resultante de condicionantes sociais, políticos e econômicos. Esse conceito ultrapassa o entendimento de saúde enquanto ausência de doença, entendendo-a enquanto resultante das condições de: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e o acesso aos serviços de saúde.

Foi a partir deste movimento sanitário que a saúde, na Constituição de 1988, tornou-se um direito do cidadão e dever do Estado, sendo materializado através do Sistema Único de Saúde (SUS), que desenvolve suas ações mediante políticas sociais e econômicas. Em 1990, a Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal 8080/90), em seu artigo 6º, parágrafo 3º, regulamentou os dispositivos constitucionais referentes à Saúde do Trabalhador, com um conjunto de atividades que se destinam, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

O advento da reestruturação produtiva redefiniu o mundo do trabalho, a partir da precarização das relações de trabalho, da subcontração, da intensificação dos ritmos, da exigência da polivalência, fazendo com que todo esse arcabouço tenha reflexo na saúde do

trabalhador, e conseqüentemente obrigando estes a lutarem por condições de trabalho adequadas.

As inovações tecnológicas, a microeletrônica, a robótica, a automação são responsáveis pela ampliação das doenças de trabalho como a LER/DORT (lesão por esforço repetitivo e distúrbios osteomoleculares), que afetam principalmente atividades ocupacionais, como digitadores, telefonistas, trabalhadores de empresas de processamento de dados, operadores de caixa entre outros.

Os quadros clínicos da LER abrangem: tendinite, bursite e mionite, causando inflamação em áreas dos membros superiores. Esse quadro de doenças está associado à incorporação de novas tecnologias, como máquinas digitais e computadores, que provocam o aceleração do ritmo da produção, em resposta às exigências da competitividade. Também são responsáveis pela LER as atividades repetitivas do tipo taylorista/fordista, já que cenário produtivo brasileiro, as novas tecnologias incorporadas a partir do processo de acumulação flexível, convivem com processo de trabalho do tipo anterior, dada a condição periférica do capitalismo.

Os novos processos de produção a partir da acumulação flexível, embora altamente informatizados, não eliminaram os acidentes de trabalho, pois ainda são recorrentes os acidentes que resultam em morte, amputação e doenças relacionadas à própria produção como: silicose, asbestoses, hidragerinos, bezenismo dentro outros, com forte expansão de diversos de transtornos mentais (ABRAMIDES, 2004).

O fenômeno da terceirização resultou no trabalho em domicílio (interior das residências e não nos espaços ocupacionais de trabalho), sendo assim responsável pela superexploração da mão de obra de mulheres e crianças. Sobre o trabalho feminino o que se vê é um aumento da presença das mulheres em atividades informais e precarizadas, com baixa remuneração e sem a garantia de direitos sociais e trabalhistas.

A incorporação das mulheres e crianças como força de trabalho inicia-se na era da indústria moderna, no contexto da inserção da maquinaria em substituição a força muscular, delineando-se em maior extração da mais-valia para o capital e precarização das condições da classe trabalhadora.

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim desvaloriza a força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de quatro forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição,

anteriormente, da força de trabalho chefe da família, mas em compensação se obtém quatro jornadas de trabalho em lugar de uma, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedendo dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro têm de fornecer ao capital, não só trabalho, mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver (MARX, 2006, p. 452).

Aqueles que ainda estão inseridos formalmente no mercado de trabalho convivem com a ameaça constante de perda de direitos conquistados através da luta sindical, pois as transformações profundas ocorridas, que trouxeram alterações significativas no processo produtivo e na esfera do Estado, vêm destruindo conquistas sociais históricas da classe trabalhadora na luta por melhores condições de vida e trabalho.

O grande desafio para a classe trabalhadora é a retomada das lutas por direitos sociais e trabalhistas, bem como da sua perspectiva histórica de luta antiimperialista, anticapitalista e socialista, no horizonte de uma sociedade emancipada, de auto-organização dos indivíduos livremente associados, na perspectiva marxiana (ABRAMIDES, 2004, p.7-8).

A precarização das relações de trabalho com a terceirização, desemprego, subcontratação, insegurança no trabalho, perda de direitos duramente conquistados tem efeitos perversos na saúde mental do trabalhador, na medida em que causam diversos transtornos emocionais, como estresse, fadiga, estafa, entre outros.

Assim os males da saúde ocasionados pela ausência de trabalho não são somente aqueles vinculados à queda do nível de qualidade de vida e conseqüentemente da condição geral de saúde, mas também aqueles relacionados ao sofrimento mental advindos do sentimento de impotência individual, sensação de carência de sentidos da vida, ausência de normas, distanciamento cultural, isolamento social, que resultam normalmente em respostas psicológicas básicas, como agressão, repressão (fixação, comportamentos rígidos e estereotipados), apatia. (LIRA, E.; WEINSTEIN E. apud ABRAMIDES, 2004, p. 7-8).

A falta e as condições adequadas de trabalho têm forte impacto na saúde mental dos trabalhadores, se revelando na atualidade como uma preocupação a nível global, e também como importante demanda para o Serviço Social na área de recursos humanos.

A saúde do trabalhador tem sido uma das principais demandas do Serviço Social nas instituições/organizações desde as décadas de 40 e 50. No entanto, face ao processo de reestruturação produtiva, que se expressa em perdas sociais, na mutilação do corpo, mente e capacidade de luta do trabalhador (FREIRE, 2000), esta demanda se acentua para o Serviço Social. Segundo FREIRE (2000) isto se dá tendo em vista:

[...] a prioridade da saúde como necessidade social, que corresponde tanto a demandas empresariais como sindicais e de trabalhadores singulares, embora sob ângulos diferenciados, relacionados aos interesses divergentes das classes fundamentais. Para o empresário, a saúde significa a manutenção do potencial produtivo da força de trabalho e para o trabalhador aos seus

processos vitais, ao mesmo tempo condição de sua existência como trabalhador, com direito a manter íntegro o que coloca a serviço da produção: o seu próprio ser social-físico, psíquico e social. (FREIRE, 2000, p. 188-9).

A seguir será discutida a temática da saúde mental e sua relação com o trabalho, dando importância a interdisciplinaridade na construção do conhecimento do tema em debate.

2.5 Saúde Mental e Trabalho

O fenômeno do sofrimento psíquico remonta o surgimento do sistema de produção fabril, e conseqüente da revolução industrial, pois foi neste momento que se passou cada vez mais a se transferir o conhecimento e domínio do processo de trabalho das mãos do artesão para os administradores e gerentes de produção, ou seja, foi no sistema de fábrica que uma dada tecnologia se impôs, não apenas como instrumento para aumentar a produtividade do trabalho, mas, principalmente, como instrumento para controlar, disciplinar e hierarquizar esse processo de trabalho.

Nos termos de Castro (2005), com o estabelecimento da sociedade de trabalho capitalista, os homens são obrigados a se fazerem mediados por instituições organizadas burocraticamente, com cargos e funções especificados, com o tempo e os movimentos controlados e com um rigor disciplinar e hierárquico até então inexistente na sociedade.

Passados os anos, a sociedade enfrenta a revolução proporcionada pela microeletrônica, pela robótica e pelos novos modelos gerenciais, aprofundando um tipo de sociedade formada pelas relações desiguais entre as classes fundamentais e, conseqüentemente do sofrimento psíquico pelo trabalho dominado.

O fenômeno do sofrimento psíquico no trabalho é de ordem global, passando a preocupar as organizações, os Estados, órgãos internacionais e sindicatos, sendo pauta de políticas públicas, embora sob ângulos diferenciados, relacionados aos interesses divergentes das classes fundamentais, como já foi enfatizado.

As estatísticas trazidas por alguns autores confirmam o sofrimento psíquico no trabalho, como um problema de ordem global e chamam a atenção para a urgência de se tratar desta situação:

[...] “em enquete realizada pelo National Health Interview Survey, nos Estados Unidos em 1985, 11 milhões de trabalhadores se reportaram ao estresse mental no trabalho” e “segundo *Canadian Health Association*, 60% dos trabalhadores apresentam naquele país estresse negativo e 35% citam efeitos psicológicos adversos”; e ainda: “o estresse mental sozinho responde

por 11% das reclamações por doenças nos Estados Unidos (CODO, 2002 apud CASTRO, 2005, p. 35).

Ainda, “segundo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas e Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), os problemas relacionados à saúde mental são a segunda maior causa do afastamento do trabalho, perdendo apenas para as LER”. (CASTRO, 2005, p. 35).

Nesta mesma direção, de acordo com Corgozinho (2000), a União Européia, ao investigar as entre os anos 1998/1999 as dez maiores prioridades do governo para na área da saúde, verificou que as questões de natureza psicossocial, com ênfase no estresse provocado pelo trabalho, aparecem como uma das prioridades praticamente unânimes (CORGOZINHO, 2000 apud CASTRO, 2005, p.35).

No Brasil, estudos realizados por Lima (2000) revelam um aumento nos estados depressivos, de ansiedade e de alcoolismo entre os bancários do setor estatal. Resultados de uma pesquisa realizada em 1995 pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre revelam que 59% dos funcionários queixam-se de fadigas e estresse, 52% de irritação e nervosismo, 38% de ansiedade e 21% de depressão. (LIMA, 2000, apud CASTRO, 2005, p. 36).

Os dados revelam que em tempos de neoliberalismo e de reestruturação produtiva se acirram as questões da saúde mental no trabalho, uma vez que o modo de acumulação capitalista vigente atinge a saúde física e mental dos trabalhadores.

As condições de saúde dos trabalhadores dependem das condições em que estes realizam seu trabalho. Os trabalhadores atribuem dimensões às cargas conforme as condições (físicas e psicossociais), estabelecidas pela organização do trabalho e, se elas se apresentam adversas crescem os riscos de adoecimento no trabalho. (LEMOS; CRUZ, 2005, p. 20).

Para dar continuidade a discussão é necessário buscar o conceito de “carga de trabalho”, a fim de se entender suas implicações para a saúde dos trabalhadores. Assim, para Wisner (1994) todas as atividades, inclusive o trabalho, têm pelo menos três aspectos: físico, cognitivo e psíquico. Ao aspecto físico diz respeito ao esforço físico necessário para desempenho das tarefas; ao cognitivo, tem como principal aspecto os processos de tomada de decisão e o psíquico, os conflitos produzidos pelos constrangimentos gerados na organização técnica e social do trabalho. As cargas de trabalho encontram-se relacionadas e com frequência existe uma relação entre elas e são as condições de trabalho que determinam e intensificam as cargas de trabalho. (WISNER 1994)

Para Seligmann (1994), as cargas de trabalho representam um conjunto de esforços para executar as tarefas no local de trabalho, incluindo os esforços físicos, cognitivos e

psicoafetivos (emocionais). Para Greco, Oliveira e Gomes (1996) são definidas como as exigências ou demandas psicobiológicas do processo de trabalho, gerando ao longo do tempo as particularidades do desgaste do trabalhador (GRECO; OLIVEIRA e GOMES, 1996, p.61).

As cargas de trabalho não devem ser confundidas com o grau de exigência de uma tarefa ou esforço físico. Ela é na verdade, a expressão da vivência do trabalhador em relação às condições contextuais do seu trabalho com atividade, ou seja, “a carga de trabalho (...) não deve ter a conotação necessariamente de peso e dificuldade, mas como demandas do processo de trabalho (BRITO, 1999 apud FREIRE, 2003, p.40).

As cargas de trabalho vistas dessa forma trazem a noção de carga articulada a desgaste referindo-se ao movimento dinâmico do processo de trabalho e podem ser agrupadas em cargas físicas, químicas, biológicas, e mecânicas e aquelas do tipo fisiológico e psíquico. (LAURELL e NORIEGA, 1989, apud FREIRE, 2003).

Freire, ao analisar o conjunto de cargas trazidas por LAURELL e NORIEGA (1989) considera-as incompleta, e propõe o acréscimo de mais um tipo: “a carga social, na sua dimensão particular do local de trabalho (coexistindo, em relação, com a dimensão da universalidade societária). (FREIRE, 2003, p. 41).

Ela é construída (carga social) e reproduzida no próprio processo de trabalho, expressando-se em fatos como desigualdade, autoritarismo, privação de poder de enfrentamento direto, coerção, e outras decorrentes da posição social na divisão, processo e organização do trabalho, incluindo-se as questões de gênero, idade e etnia, embutidas nas demais. Ela se revela sob todas as formas de “violência simbólica”, implicada nas relações sociopolíticas dos sujeitos em face da realidade deste processo. (FREIRE, 2003, p. 41).

O desgaste do trabalhador de acordo com FREIRE (2003) é caracterizado principalmente no impedimento da realização das imposições pelo trabalhador, fragilizando-o individual e coletivamente e, ao mesmo tempo, desenvolvendo comportamento do tipo “humor anti-institucional”.

Enfim, percebe-se que o trabalhador está sujeito a varias cargas, e dentre estas se encontra a carga psíquica, a qual se pretende conceituar neste trabalho, a partir da literatura especializada. Desta forma, Dejours (1994) destaca o papel da organização do trabalho, no que se refere aos efeitos positivos ou negativos que esta possa exercer sobre o funcionamento psíquico. Segundo este autor “a carga psíquica do trabalho é a carga, isto é, o eco ao nível do trabalhador da pressão que constitui a organização do trabalho [...] a carga psíquica do trabalho resulta da confrontação do desejo do trabalhador à injunção do empregador contida

na organização do trabalho” (DEJOURS, 1994, p. 28). Para Wisner (1994) a carga psíquica pode ser definida:

Em termos de conflitos no interior da representação consciente ou inconscientes das relações entre pessoas (ego) e a situação (no caso a organização do trabalho) [...] mas ela é também o nível em que o sofrimento e a fadiga física, a falta de sono [...] a sobrecarga de trabalho cognitivo podem determinar distúrbios afetivos. (WISNER, 1994, p.13).

Após este percurso teórico, compreende-se que as pressões do tempo, as metas de produtividades, ausência de poder, atos repetitivos, situações de conflitos no ambiente de trabalho, jornada de trabalho extenuante, entre outros fatores que geram insatisfação no ambiente de trabalho, colocam o trabalhador sob ao conjunto de cargas de trabalho.

As cargas do trabalho também são sentidas entre os trabalhadores da UFSC, uma vez que esta Instituição também como a sociedade em geral é afetada pela reestruturação produtiva e neoliberal. Existe uma preocupação especial no que se refere a carga social e psíquica, uma vez que os trabalhadores da UFSC, de um modo geral, vêm sofrendo um nível de estresse, a partir do desmonte da universidade, na medida em que a perda gradativa de direitos, a insegurança quanto ao vínculo empregatício, à multiplicação das contratações precárias, a defasagem do quadro de pessoal, os entraves burocráticos, a falta de recursos orçamentários, as pressões e as frustrações do dia a dia conduzem o estresse e a exaustão emocional dos trabalhadores e tem mostrado que o arrocho não é somente financeiro, mas, físico e mental.

As universidades cada vez mais preocupam-se com a adaptação dos currículos às necessidades de mercado. Antes elas se caracterizavam com um local adequado do desenvolvimento da pesquisa básica e tecnológica, no entanto, hoje voltam-se para o mercado e suas necessidades imperiais, em oposição a universidade vem sendo sucateada através da lógica neoliberal que permeia as universidades públicas. As universidades públicas brasileiras são afetadas por um conjunto de transformações, vivendo um processo de crescente degradação, devido à falta de investimento do governo que persiste em seguir a ordem do capital, em detrimento o desenvolvimento de políticas públicas.

No que se refere particularmente aos professores, estes vem sofrendo com o aumento da carga de trabalho, devido à implantação de novos mecanismos de avaliação e controle de desempenho, bem como pelo excesso do número de alunos em relação ao número de professores. Estes profissionais trabalham em condições adversas, na medida em que são pressionados a aumentar a produção científica, mas em oposição os recursos são escassos e as

condições de realização de suas tarefas são inadequadas, numa conjuntura de sucateamento das universidades públicas no país.

No ano de 1994, o Núcleo de Pesquisa em Atividades Física e Saúde do Centro de Desportos da UFSC¹⁸ realizou-se um levantamento sobre o estilo de vida e também realizou uma avaliação da condição de saúde e da aptidão física relacionada à saúde dos servidores. O levantamento foi repetido no ano de 2005 e os dados de 1994 são utilizados como base para comparações.

Referente ao uso de fumo e álcool, os resultados comparativos (1994-2005) apontaram para a redução significativa na prevalência de fumantes de (21,9% em 1994 para 14,1%) em 2004, assim como no consumo elevado de bebidas alcoólicas entre os homens de (7,3% para 3,3%).

Os níveis de estresse foram considerados elevados para 14,5% dos servidores pesquisados (18,8% dos docentes e 12,2% dos técnico-administrativos), aproximadamente o mesmo percentual de 1994, com exceção para docentes do sexo feminino, uma vez que aumentou o percentual de professoras com estresse de 10,6% para 25,3%. Um em cada cinco servidores relatou “não dormir bem” (20,6%), sendo maior prevalência deste indicador entre as mulheres que também relataram em 2004 pior qualidade de sono do que em 1994.

Em 2004, o grau de insatisfação profissional não foi diferente entre docentes e técnico-administrativos (16,4% e 16,7% respectivamente). Esses percentuais foram bem superiores aos dados de 1994: 6% entre os docentes e 13% entre os técnicos administrativos.

A pesquisa demonstrou que são preocupantes as situações de estresse e de insatisfação profissional dos servidores da UFSC, estando os dados possivelmente relacionados com o estado de desmotivação e frustrações dos servidores perante as condições de trabalho, perda de *status* perante a sociedade devido à própria maneira como o servidor público vem sendo tratado por parte do governo, perda gradativa de direitos entre outras situações de desvalorização do trabalho dos servidores, que resulta num estado até de apatia com o local de trabalho e com a própria universidade.

Os dados apresentados pela pesquisa do Núcleo de Pesquisa em Atividades Física e Saúde do Centro de Desportos da UFSC são uma expressão da demanda que a DiSS recebe cotidianamente e identificados pelos dados levantados pela pesquisa apresentada a seguir.

¹⁸ Dados retirados da Revista Plural da APUFSC, nº 14, Ano 11, Junho de 2005.

3 O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA UFSC

A temática que suscitou este estudo foi motivada pelo interesse em desvendar em que medida a Divisão de Serviço Social – Atenção ao Servidor (DiSS), consegue em processar as demandas trazidas cotidianamente pelos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC frente à política institucional de atenção aos seus servidores.

Para encontrar respostas a esta interrogação foi necessário realizar um estudo para conhecer a Política Institucional de Atenção aos servidores existente na UFSC, complementada por uma pesquisa empírica dedicada a levantar as demandas da DiSS, destacando dentre estas as mais relevantes.

Ambos os estudos realizados serão apresentadas nesta seção, com as análises e conclusões dos resultados obtidos durante o processo de investigação, no entanto ressalta-se que a resposta ao questionamento levantado não seria possível sem percorrer um caminho teórico, uma vez que este subsidiou uma análise mais completa da realidade a qual a UFSC e o trabalho do Serviço Social encontram-se inseridos.

Para analisar a política institucional de atenção ao servidor da UFSC foi necessário inserir a UFSC no debate político do ensino superior no Brasil, o qual foi realizado na primeira seção deste trabalho. Ainda, falar das demandas da DiSS, obrigatoriamente, requer inseri-las no debate da reestruturação produtiva e do Estado neoliberal, uma vez que a partir destes processos, novas demandas são requisitadas ao profissional de Serviço Social no contexto das instituições e organizações, o qual é desafiado a processá-las, muitas vezes, frente a um contexto adverso.

3.1 A Divisão de Serviço Social (DiSS) na UFSC

Para dar início a este momento da nossa elaboração faz-se necessário situar a DiSS no contexto da UFSC, destacando o trabalho desenvolvido neste setor, seus objetivos e público-alvo.

Segundo dados encontrados nos arquivos da DiSS, em 1980 foi criado o Serviço Social da UFSC, subordinado a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (PRAC) a qual objetivava atender as carências psicossociais de seus servidores e alunos (STUART, 1997, p.43).

A PRAC foi extinta em 2004 e, a partir dela foram criadas duas Pró-Reitorias, as quais são: a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS) e a Pró-Reitoria de

Assuntos Estudantis (PRAE). A Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor (DiSS), neste mesmo ano, vinculou-se a área de recursos humanos da Instituição, passando a fazer parte do Departamento de Desenvolvimento de Atenção Social e à Saúde (DDAS) da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRDHS).

A PRDHS tem como objetivo atender aos anseios da comunidade dos servidores técnicos administrativos e docentes, para uma nova visão das relações humanas na Instituição. É um órgão executivo central da administração superior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criada com o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na área de gestão de desenvolvimento humano, destinada à melhoria do nível de qualidade de vida no trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos (UFSC, 2008).

A estrutura da PRDHS encontra-se dividida em três grandes áreas de atuação:

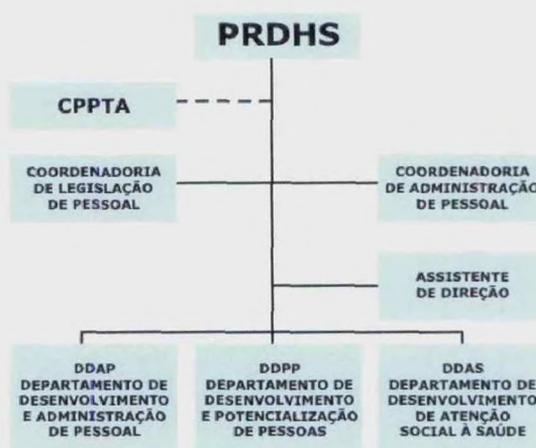


Figura 1. Estrutura Hierárquica da PRDHS.

- Departamento de Desenvolvimento e Potencialização de Pessoas (DDPP): Tem suas atividades voltadas para a Qualificação Continuada dos servidores, para a Admissão, Movimentação, Avaliação, Acompanhamento e Dimensionamento de Pessoal. (PRDHS, 2007).
- Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal (DDAP): Desenvolve suas ações de Administração de Pessoal e Gerenciamento do Processo de Trabalho, no que se refere à Aposentadoria, Pensões e Exonerações, Folha de Pagamento, Cadastro e Arquivos e Benefícios e Licenças. (PRDHS, 2007).
- Departamento de Desenvolvimento de Atenção Social e à Saúde (DDAS): Desenvolve e implementa políticas de promoção à saúde e a segurança do trabalho, otimizando o

processo de interação no trabalho, bem como políticas de assistência social que possam amenizar as dificuldades no processo de interação social dos servidores técnico-administrativos e servidores docentes da UFSC. (PRDHS, 2007). Esse Departamento tem referência com as políticas sociais da Instituição e dele fazem parte:

- Coordenadoria de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas (CPUAD);
- Divisão de Serviço Social Atenção ao Servidor (DiSS);
- Divisão de Saúde e Segurança no Trabalho (DSST)
- Junta Médica Oficial (JMO).

A DiSS tem como objetivo atender as situações sociais, de saúde e de relações de trabalho trazidas pelos servidores de toda a universidade.

O foco de trabalho da DiSS é a saúde do trabalhador, para tanto, as ações vem sendo centradas nos processos sociais que envolvem a área da saúde e situações de trabalho. O atendimento consiste em orientação, encaminhamento e acompanhamento às situações do servidor e seus familiares, bem como às chefias em situações relacionadas ao âmbito do trabalho.

A maioria das situações trazidas pelos servidores gera diversos retornos e, conseqüentemente vários desdobramentos e encaminhamentos. Muitas vezes os servidores são acompanhados pelo Serviço Social por longos anos, inclusive após a aposentadoria.

Tem como proposta de trabalho participar de programas, projetos e execução de ações numa perspectiva sócio-educativa e interdisciplinar, para tanto a atuação dos profissionais de Serviço Social consiste no trabalho conjunto com a área de recursos humanos e de saúde da UFSC e ainda com outros profissionais afins, desenvolvendo suas ações em diversos níveis.

A DiSS desenvolve o Programa de Atendimento Individualizado ao servidor, através do qual busca conhecer a realidade apresentada pelas pessoas que procuram no Serviço Social alternativas de superação das dificuldades que enfrentam.

Atua em parceria com a área de recursos humanos, especialmente em parceria com o DDPP e DDAP. Com o DDPP fazendo atendimento e acompanhamento de servidores colocados à disposição da Pró-Reitoria pelo local de trabalho, muitos por motivo de licenças de saúde prolongadas e por situação de relacionamento interpessoal. Neste sentido, o Serviço Social contribui para a reintegração do servidor em um novo local de trabalho, discutindo formas de melhorar a vida do trabalhador e sugerindo alternativas que condizem com o momento de vida do servidor. Este trabalho também é realizado com os profissionais de saúde

que, através de reuniões interdisciplinares, sugerem novas opções de reintegração. No caso do DDAP, o trabalho é desenvolvido objetivando acesso ao Mapa de Aposentadoria dos servidores para fins de estudo social, bem como acesso as informações funcionais dos servidores. O desafio da atuação do Serviço Social neste âmbito é conciliar os interesses contraditórios próprios da dinâmica institucional, apontando possibilidades de ação que visem o acesso aos direitos sociais e que considere os projetos de vida e desejos dos usuários.

Também implementa o Programa de Atendimento a Saúde do Servidor (PAS), que visa atender as situações de saúde de caráter sócio-emergencial, como, medicamentos e exames de alto custo não disponibilizados pelo SUS, consultas com o Psiquiatra em nível de parceria com a PRDHS (parceria público/privado) entre outros benefícios. A parceria com o profissional de psiquiatria foi necessária, tendo em vista não existir na UFSC um serviço voltado exclusivo para o servidor nesta especialidade. O acesso ao PAS se dá através de um estudo social, em que é levado em consideração o atual contexto sócio-econômico familiar apresentado pelo servidor. Tal programa não tem garantia de continuidade, pois não recebe recursos do Ministério da Educação, é uma alternativa encontrada com recursos próprios da Instituição em nível de negociação com a atual gestão.

A DiSS faz parte da área de prevenção ao uso abusivo de drogas, participando nas atividades da Coordenadoria de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas. Os temas relacionados à área são tratados por meio de palestras, orientações e pesquisas.

Outra participação da DiSS vem a ser junto às comissões de trabalho da PRDHS, subsidiando as políticas voltadas à qualificação (capacitação) de pessoal seguindo ações como, por exemplo: participação em cursos de capacitação e junto a Comissão de Dimensionamento de Pessoal.

Ressalta-se a importância do trabalho da DiSS junto a equipe interdisciplinar na área da saúde em conjunto com a Junta Médica Oficial (JM) da UFSC, a Medicina e a Enfermagem do Trabalho. Os profissionais das áreas citadas se reúnem semanalmente para discutir a situações e os possíveis encaminhamentos dos servidores com problemas de saúde (licença médica, remoção do local de trabalho, portadores de doenças ocupacionais, acidentes em serviço entre outros). A DiSS acompanha os servidores durante o processo de tratamento de saúde e simultaneamente busca alternativas para a superação das dificuldades em relação a saúde, a família, o trabalho entre outras. (DDAS, 2004).

Além das atividades já mencionadas, a DiSS ainda desenvolve o Projeto de Extensão “Rede Cidadã”, o qual possui uma rede de serviços sociais interna e externa à UFSC, em diversos campos de atuação como, saúde, habitação, assistência sócio-jurídico, emprego e

renda entre outros. Atualmente o projeto está sendo executado em parceria com o Departamento de Serviço Social.

3.2 Política Institucional voltada aos servidores da UFSC

A partir da aproximação com a realidade, buscou-se conhecer as políticas sociais internas voltadas aos servidores, para poder analisar sua capacidade de processar as principais demandas trazidas à DiSS pelos servidores.

A partir do estudo realizado, constatou-se que as políticas sociais voltadas aos servidores são desenvolvidas pela PRDHS, a qual se caracteriza como uma Pró-Reitoria **meio** que trabalha para desenvolver políticas de assistência social e de saúde, voltada aos servidores da Instituição. Tem como objetivo contribuir para o **fim** último da UFSC, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão.

A atenção social e a saúde voltada aos servidores da Instituição está centrada no DDAS, por meio de suas divisões. Fazem parte do DDAS os seguintes serviços:

- a) **A Coordenadoria de Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas (CPUAD):** Trabalha em nível de prevenção, sendo atualmente a Coordenadoria composta por 01 Psiquiatria, 01 Psicóloga, 01 assistente social, 01 enfermeira e ainda por um Conselho Consultivo com representantes dos diversos setores da UFSC.
- b) **A Divisão de Saúde e Segurança no Trabalho (DSST):** Faz parte da DSST o Gabinete Odontológico que disponibiliza atendimento odontológico aos servidores da UFSC cobrando um preço simbólico, apenas para a compra de materiais e manutenção dos equipamentos; o Serviço de Saúde Ocupacional e o Serviço de Segurança do Trabalho que tem como principais atividades a Análise de risco no Ambiente de Trabalho; Elaboração de laudos de Insalubridade e Periculosidade; Análise de Doenças do Trabalho; Acompanhamento de Acidentado; Exames Médicos (admissionais, periódicos e demissionais). (DDAS, 2004)
- c) **Junta Médica Oficial (JMO):** Trata de pareceres, laudos e perícias médicas. Dentre os procedimentos da Junta Médica pode-se citar a Concessão de Licença para Tratamento de Saúde (período até 29 dias); Licença para tratamento de Saúde por um período igual ou superior 30 dias; Licença para tratamento de doença na família; Licença Gestação; Aposentadoria por invalidez; Isenção de Imposto de Renda (aposentadoria por doença relacionada em lei); Ressarcimento de Despesas

Médicas Decorrentes de Acidente de Trabalho ou Doença Ocupacional. (DDAS, 2004).

- d) A Divisão de Serviço Social Atenção ao Servidor (DiSS):** Tem suas ações centradas no binômio Saúde/Trabalho. Atua diretamente na elaboração, coordenação e execução de programas na área social, desenvolvendo atividades que atendam as demandas dos servidores, numa perspectiva sócio-educativa, voltadas as áreas de saúde e de relações de trabalho, numa dimensão individual, coletiva e interdisciplinar (DiSS, 2007). Atualmente a equipe da DiSS é composta por quatro assistentes sociais, três estagiárias, duas bolsistas permanência e duas bolsistas extensão.

Além das políticas da PRDHS na área atenção ao servidor, a UFSC dispõe de outros serviços que podem ser acessados pelos servidores, conforme a seguir:

- a) Serviço de Atendimento a Saúde Comunitária (SASC):** Localizado no HU a qual atende na área médica e enfermagem (clínico geral, ginecologista, dermatologista, cardiologista, neurologista, nutricionista e alergista). É vinculado à Direção do Hospital Universitário (HU) e atende os servidores técnico-administrativos e docentes assim como a comunidade estudantil. O atendimento é realizado em nível ambulatorial nas especialidades de Clínica Geral. Os profissionais do SASC fazem os encaminhamentos para especialidades do HU, sendo o período para agendamento das consultas é de 90 dias. Atualmente não existe atendimento psicológico e psiquiátrico no SASC. Este é um serviço que esta institucionalmente garantido aos servidores da UFSC, no entanto, os outros serviços sociais e de saúde existente UFSC, estão voltados ao atendimento da comunidade externa, pois são projetos vinculados a áreas ensino e extensão e devem ser voltados a este público. A seguir estão relacionados os referidos serviços:
- b) Ambulatório de Psiquiatria:** Atendimento Psiquiátrico e Psicológico, vinculado à residência médica (Ambulatório de Psiquiatria) e profissionais vinculados ao Centro de Atenção Pico-Social (CAP'S) vinculado a Prefeitura de Florianópolis. Atende à população em geral e está localização no HU. Eventualmente atende a comunidade universitária.
- c) Serviço de atendimento às necessidades psicossociais (SANPS):** É um serviço de extensão vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – Departamento de

Enfermagem. Propõe atender e prestar cuidados às pessoas da comunidade em geral, usuários de álcool e outras drogas e transtornos emocionais.

- d) Serviço de atendimento psicológico (SAPSI):** Está vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Psicologia- Presta serviços nas áreas de psicologia, e tem como público alvo a população em geral.
- e) Terapias Complementares -** O intitulado “Projeto Amanhecer”, foi implantado em agosto de 1996, contando com o apoio de terapeutas voluntários, objetivando desenvolver atividades voltadas a manutenção da saúde da comunidade universitária. Dentre as principais terapias oferecidas pode-se destacar: Aconselhamento Psicológico, Reflexologia, Massoterapia, Reiki, Florais, Acumputura, Radiestesia entre outros. O projeto está voltada a comunidade universitária e terceirizados.
- f) Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC (EMAJ):** Vinculado ao Curso de Direito e objetiva o acesso da população à justiça gratuita. Esta voltado à comunidade em geral.

Cabe ressaltar que a universidade é um espaço que desenvolve diversos projetos em nível de ensino, pesquisa e extensão, podendo haver outros projetos que não foram identificados, por não fazerem parte da estrutura acadêmica e administrativa da Instituição.

3.3 Desafios da DiSS frente a política interna voltada aos servidores da UFSC

Diante da realidade institucional referente aos recursos existentes, compreende-se que defender e assegurar os direitos dos trabalhadores em tempos de neoliberalismo e de reestruturação produtiva não tem sido tarefa fácil para os assistentes sociais da DiSS, uma vez que vinculam-se a um Estado dependente e neoliberal que cada vez mais em nome do capital estrangeiro, restringe investimentos no campo das políticas sociais, dentre estas a política pública de educação superior.

O atual governo ampliou o processo de contra-reformas neoliberais iniciadas pelo governo anterior, o que conseqüentemente resultou no aprofundamento do processo de privatização e sucateamento das universidades públicas brasileiras. O quadro de desresponsabilização do Estado tem sido assistido na UFSC a partir do arrocho salarial dos trabalhadores, da não abertura de concursos públicos, mudança nas leis referente ao trabalho,

falta de recursos para manutenção da universidade, entre tantas outras situações de precariedades que afetam a saúde física e psíquica dos servidores.

As situações de saúde dos servidores, mencionadas, são demandas trabalhadas pela DiSS, no entanto a falta de investimento do governo na política pública de educação coloca os profissionais da DiSS num contexto adverso de trabalho, uma vez que para desenvolver seus programas e projetos necessitam de recursos (humanos, materiais e financeiros entre outros). E ainda, para defender direitos dos trabalhadores precisam colocar-se a frente das relações de poder e jogo de interesses que imperam dentro da Instituição, em algumas instâncias, em total sintonia com as contra-reformas neoliberais em curso.

Os recursos da UFSC são repassados pelo Governo Federal/Ministério da Educação (MEC), porém não existem recursos orçamentários para provisões e apoio sócioassistenciais dirigidas ao servidor pelo MEC, salvo os benefícios previstos em lei, como por exemplo, o auxílio creche, funeral, transporte e alimentação, inseridos nos demonstrativos mensais de pagamento. Desta forma, os profissionais da DiSS atuam de acordo com a política institucional, ou seja, conforme a disponibilidade orçamentária para atender as demandas sociais não previstas em lei.

Diante da falta de recursos, a DiSS elaborou como proposta alternativa um projeto de extensão intitulado “Rede Cidadã”, estabelecendo assim uma rede de contatos interna e externa a UFSC que prestam serviços em diversos campos de atuação, como saúde, habitação, trabalho, educação, assistência social entre outros, para poder atender e encaminhar os servidores. Esta rede apresenta também limitações em função de muitos programas adotarem critérios os quais não atendem a realidade dos servidores.

Não existe na Instituição, uma política de atenção integral à saúde dos servidores, o que existe atualmente é o serviço do SASC, porém não atende todas as especialidades, como já foi mencionado antes, supõe-se que o plano de saúde recentemente implantado (Público/Privado) não vai cobrir o público total de servidores, dado seu caráter contributivo e o critério da margem consignada.

Na área da Saúde Mental não existe na Instituição uma política específica voltada a este fim, sendo necessário que profissionais da DiSS utilizem como estratégia a rede externa de contatos, no entanto, vale destacar que na área da Saúde Mental são encontradas muitas dificuldades pela inexistência de uma política pública bem articulada, e pelas poucas Instituições Psiquiátricas, tanto em nível municipal, estadual e particulares existentes.

Outra estratégia utilizada pela DiSS para poder processar as demandas na área da Psicologia/Psiquiatria é a negociação inter-institucional com os serviços existentes na UFSC,

voltados à comunidade externa (SAPSI, SANP's, e Ambulatório de Psiquiatria). No entanto, constata-se dificuldades no encaminhamento das demandas, uma vez que existe uma assimetria entre demanda e serviços ofertados.

Via Sistema Único de Saúde (SUS), o usuário tem encontrado barreiras para conseguir atendimento especializado (atenção secundária e terciária), tendo em vista que o Estado de Santa Catarina não está satisfatoriamente organizada a rede de saúde pública que contemple as necessidades da população de forma integral.

No cotidiano de trabalho os profissionais da DiSS, tem enfrentado problemas para atendimento nas solicitações de consultas nas áreas de Psicologia/Psiquiatria, Exames, Cirurgias e medicamentos, inclusive de alto custo ou não disponíveis pelo SUS.

Esgotadas todas as possibilidades via serviços públicos e gratuitos, o Serviço Social busca como alternativa o Programa de Atenção a Saúde (PAS), para atender as situações dos servidores em caráter emergencial (exames, medicamentos e consultas psiquiátricas, cirurgias entre outros benefícios).

No que se refere à concessão de consultas psiquiátricas o PAS adota como critério um período de três meses, porém, dado a insuficiência dos recursos, a partir desse período o servidor deve assumir a continuidade do seu tratamento.

Na área de álcool e drogas, existe o ambulatório de dependência química situado no HU, com um psiquiatra atendendo atualmente, porém verifica-se a dificuldade no acompanhamento dos casos, sendo muitos encaminhados para outros profissionais externos à UFSC.

Hoje, na área da psicologia, o atendimento é realizado por um profissional que focou o trabalho em situações de saúde ocupacional, porém o Serviço Social recebe uma demanda que não é específica da área de saúde ocupacional, como por exemplo, transtornos afetivos e emocionais em geral.

Em suma, percebe-se a importância dos serviços de psicologia/psiquiatria para que a DiSS possa processar as demandas atendidas na área de Saúde Mental, já que constitui na principal demanda existente, conforme identificou a pesquisa apresentada a seguir.

3.4 Pesquisa Empírica: Dados e análises dos resultados

A pesquisa abordada visa investigar a capacidade da DiSS em processar as demandas trazidas pelos servidores frente à política de recursos humanos da Instituição.

A hipótese levantada é que a DiSS não consegue processar as demandas na sua integralidade, pois o MEC não prevê recursos orçamentários para provisões e apoios sócioassistenciais dirigidas ao servidores da UFSC, e além disso os profissionais da DiSS atuam de acordo com a política institucional, ou seja, conforme a disponibilidade orçamentária da PRDHS e conforme os recursos internos e externos existentes, a qual fica dependente de cada gestão que muda de quatro em quatro anos.

Nesta direção, a partir da pesquisa documental realizada constatou-se nove indicadores sociais (demandas atendidas pela DiSS) inseridos nas dimensões SAÚDE/TRABALHO.

- 1) **Saúde Mental:** Transtornos afetivos diversos com interfaces nas relações sociais, trabalho e família (depressão, stress, síndrome do pânico, transtornos alimentares, transtorno obsessivo compulsivo, dependência a jogo, dependência química-alcool e droga entre outros).
- 2) **Saúde/Outros:** Situações diversas trazidas pelo servidor que caracterizam doenças de todo o tipo que não envolvem o ambiente de trabalho e que não caracterizam na questão de saúde mental.
- 3) **Benefícios:** Medicamentos e exames inclusive de alto-custo não disponíveis pelo SUS; consultas especializadas; auxílio creche; auxílio funeral; cesta básica; fraldas descartáveis; passagens; cadeira de roda; óculos; bota ortopédica, cama hospitalar; passe do RU entre outros.
- 4) **Aposentadoria:** Solicitações de estudo sobre o impacto da aposentadoria na vida do servidor; orientações e pareceres sociais para subsidiar a equipe de recursos humanos na concessão da aposentadoria.
- 5) **Sócio-Familiar:** Situações relacionadas ao âmbito familiar que interferem no âmbito do trabalho: Situações de ordem sócio-jurídica; situações de ordem sócio-econômica, situações relacionais entre os membros da família, assédio moral; assédio sexual, entre outros.
- 6) **Relações interpessoais no trabalho:** Relações intra e interpessoais conflituosas no ambiente de trabalho – servidor x chefias x colegas de trabalho; assédio moral; assédio sexual entre outros.
- 7) **Outros:** Situações que não se enquadram em nenhuma das questões acima (Comunidade Externa; Atendimento Institucional; Atendimento às estudantes do Curso Pré-Vestibular da UFSC; entre outros).
- 8) **Saúde Ocupacional:** Adoecimento decorrente do ambiente de trabalho com os seguintes encaminhamentos: licenças para tratamento de saúde; retorno ao trabalho

com restrição de atividades, absenteísmo; acidente em trabalho; remoção de local de trabalho; redimensionamento de atividades; aposentadoria por invalidez ou por doença relacionada em lei.

9) Ressarcimento de Despesas Médicas: Solicitações previstas em lei para concessão de ressarcimento de despesas médicas decorrentes de acidente de trabalho (em trajeto e no local de trabalho).

Durante o processo de levantamento dos dados, constatou-se que as demandas se intercalam, ou seja, existe um número significativo de usuários que vem ao Serviço Social com mais de uma demanda, conforme pode ser analisado no gráfico¹⁹ da Figura 02. No momento de apurar o número de demandas foram contabilizadas todas as demandas apresentadas por um mesmo usuário.



Figura 2. Número de demandas por usuário.

Para exemplificar esta situação pode-se citar um exemplo hipotético: um usuário vem a DiSS solicitar uma consulta com o psiquiatra (Saúde Mental), porém está com dificuldades de relacionamento com a chefia em função dos seus afastamentos para tratamento de saúde (Relacionamento Interpessoal no trabalho) e, ainda está buscando orientações sobre seu processo de aposentadoria (Aposentadoria).

Depois de identificado e explicado cada um dos indicadores foi contabilizado o número das demandas trazidas à DiSS, conforme pode ser verificado na Figura 03²⁰:

¹⁹ Os números referentes às demandas por usuário encontram-se na tabela do Apêndice A.

²⁰ Os números referentes às demandas encontram-se na tabela do Apêndice B.

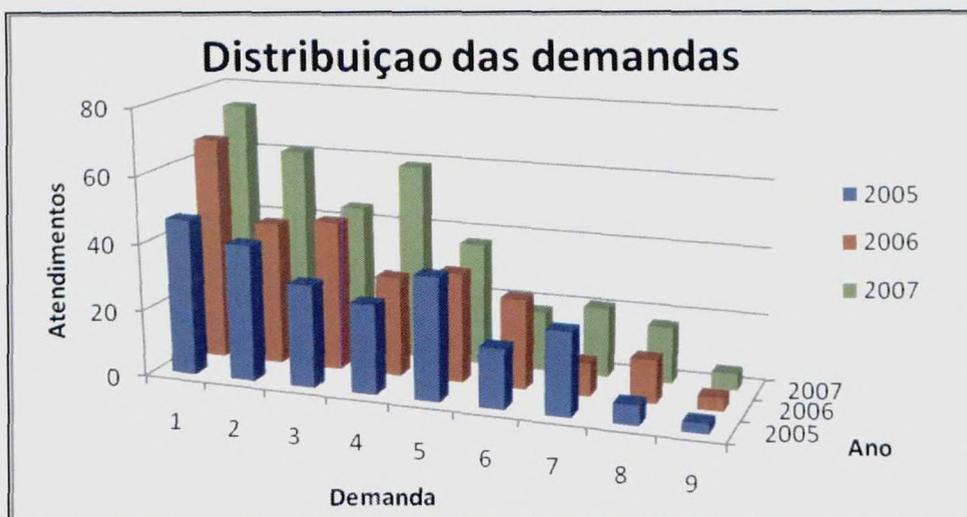


Figura 3. Distribuição das demandas dos anos 2005, 2006 e 2007.

Ressalva-se, que a maioria das situações trazidas à DiSS pelos servidores geraram diversos retornos, os quais não foram contabilizados na pesquisa

As demandas encontram-se distribuídas por ano, e como pode de ser visto, a mais relevante durante o ano de 2005 refere-se ao indicador Saúde Mental, seguido do indicador Saúde/Outros. Enquanto a menores demandas trazidas neste mesmo ano referem-se ao indicador Ressarcimento de Despesas Médicas e Saúde Ocupacional respectivamente.

No ano de 2006, a demanda mais relevante continua sendo Saúde Mental, seguido do indicador Benefícios. Neste ano a menor demanda trazida refere-se ao indicador Ressarcimento de Despesas Médicas seguida do indicador Outros.

No ano de 2007, a principal demanda da DiSS ainda refere-se ao indicador Saúde Mental, seguido novamente do indicador Saúde/Outros. A menor demanda neste ano assemelha-se aos dados do ano de 2005, referindo-se ao indicador Ressarcimento de Despesas Médicas seguido do indicador Saúde Ocupacional.

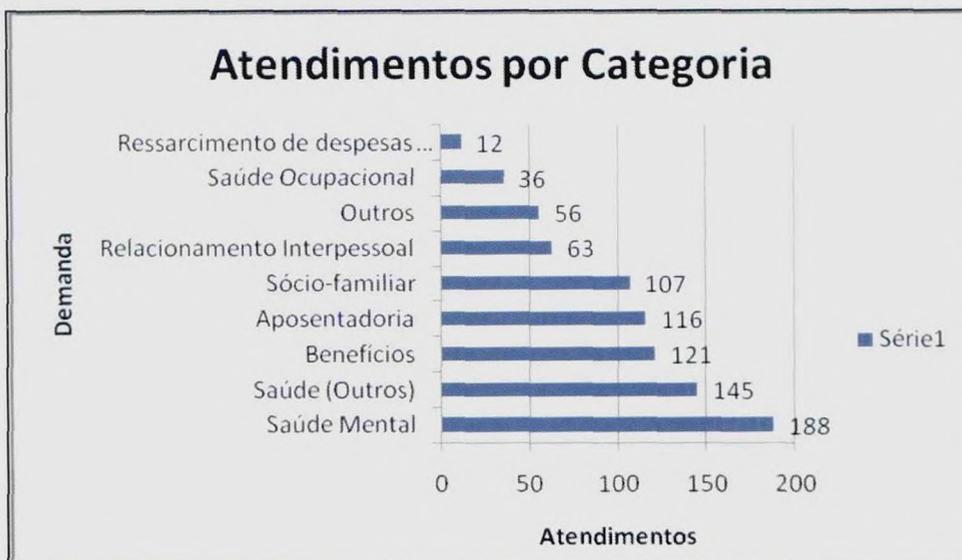


Figura 4. Total de demandas por indicador no período analisado.

As demandas na área da saúde foram as mais trazidas a DiSS durante todo o período analisado. **Saúde Mental** com 188 demandas e **Saúde/Outros** com 145 demandas. Enquanto Ressarcimento de Despesas Médicas e Saúde Ocupacional são as menores demandas com 36 e 12 demandas respectivamente.

A partir desses dados identifica-se que há uma demanda reprimida na área da Saúde Ocupacional, com períodos longos de análise e resultados dos processos em tramitação. Supõe-se que isto ocorra por conta do número reduzido de profissionais que atuam na área Saúde Ocupacional na UFSC, bem como, pela dificuldade em caracterizar o nexo causal entre doença e atividade laborativa, principalmente na área da saúde mental por apresentar variáveis subjetivas.

Existe uma demanda reprimida também no campo do Ressarcimento de Despesas Médicas, uma vez que não há recursos orçamentários específico para este fim, tanto por acidente em trabalho, quanto pra outras situações de saúde. Neste sentido as solicitações que são feitas dependem da área de recursos humanos e da área orçamentária da UFSC, pois não há no orçamento das IFES uma rubrica específica para atender essa necessidade.

Essa demandas chega a DiSS, ou por procura espontânea do servidor, ou por encaminhamento das chefias, ou ainda por encaminhamento dos profissionais da Saúde Ocupacional e Junta Médica. A maior parte das situações que necessita de Ressarcimento de Despesas Médicas são atendidas pelos profissionais da Saúde Ocupacional e Junta Médica, ficando à critério desses a avaliação inicial e a responsabilidade em orientar o servidor o recorrer a este direito.

As situações de saúde de modo geral são atendidas no SASC, e as que necessitam são discutidas e avaliadas por uma equipe interdisciplinar composta pela Junta Médica Oficial, a Medicina e a Enfermagem do Trabalho, da qual a DiSS faz parte. Entende-se que a DiSS tem conseguido realizar um trabalho neste âmbito, porém ressalva-se a importância de existir um profissional de Serviço Social lotado em caráter permanente na Junta Médica Oficial, uma vez que decisões importantes relacionadas aos direitos dos trabalhadores são tomadas neste espaço.

Saúde Mental foi identificada como principal demanda, no entanto, a DiSS não tem conseguido processar esta demanda, por conta da inexistência de uma política dentro do espaço institucional voltada a esta área. E via SUS, o Estado de Santa Catarina não dispõe de uma Política de Saúde Mental que contemple todas as necessidades da população, tanto em nível primário, secundário e terciário. Ainda, os serviços internos da UFSC estão voltados à comunidade externa, necessitando da negociação da DiSS para realizar os encaminhamentos, o que nem sempre é conseguido devido a assimetria entre oferta e demanda.

Faz-se referência a uma demanda reprimida no campo dos Benefícios Sociais, como exames e medicamentos não disponíveis pelo SUS, consultas médicas nas especialidades Psicologia/Psiquiatria, apontado como terceira demanda mais relevantes da DiSS durante o período analisado, uma vez que não existem recursos orçamentários pela MEC/PRDHS, e o programa existente na DiSS de Atenção a Saúde do Servidor (PAS) se traduz num programa sócio-emergencial, ou seja, somente são atendidas as situações em caráter de emergência e mediante comprovação sócio-econômica.

A partir do estudo da Política Institucional de Atenção aos Servidores e os dados dos gráficos das Figuras 3 e 4, conclui-se que as dificuldades do exercício profissional do assistente social da DiSS, dentro deste contexto, se deve à inexistência de políticas sociais que viabilize o atendimento integral das demandas que chegam a DiSS.

Em suma, tem-se que a criação da PRDHS no ano de 2004 se constituiu num avanço no que se refere atenção ao servidor, no entanto precisa avançar ainda mais no desenvolvimento de suas políticas para poder atender as demandas de seus servidores, em particular na área da Saúde Mental a qual foi apresentada como principal demanda trazida pelos servidores a DiSS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado não pretendeu ser um estudo conclusivo, mas sim buscou o problema que se põe a intervenção profissional no contexto desta Instituição e, a partir disso, pretende-se apontar caminhos para prática profissional dos profissionais de Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional.

A análise da literatura permitiu a reconstrução do processo de perda dos direitos dos trabalhadores da UFSC, como reflexo do processo de contra-reformas neoliberais cada vez mais presentes no país. Como exemplo pode-se citar as mudanças na Lei da Aposentadoria que resultou em prejuízos para os servidores, assim como o congelamento dos salários por aproximadamente doze anos, e ainda a inexistência de uma política interna de atenção integral a saúde do servidor custeada pelo governo.

A UFSC vem sendo afetada pelo amplo processo reestruturação produtiva do capital, e seus impactos no mundo da produção e reprodução social, de forma especial pela mercantilização das universidades públicas, resultado do redimensionamento da esfera pública estatal imposta pelas medidas neoliberais. Este quadro, obrigatoriamente afeta o Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo na gestão das IFES, a partir das novas demandas requisitadas a profissão, como foi possível identificar na pesquisa, relativa à área da Saúde Mental.

O novo padrão de acumulação associado à doutrina neoliberal e a reestruturação produtiva atinge diretamente a classe trabalhadora, a partir da redefinição do mundo do trabalho, da precarização das relações de trabalho, da subcontração, da intensificação dos ritmos, da exigência da polivalência, multifuncionalidade, perda de direitos entre outros aspectos, fazendo com que todo esse arcabouço tenha reflexo negativo na saúde do trabalhador, em particular na Saúde Mental.

Tal realidade está atrelada a transformação do papel das universidades na atualidade, que chegam ao século XXI desafiadas a se redesenharem frente ao modelo de “Universidade Operacional”, aquela fechada sob si própria, centrada em suas próprias regras internas, voltadas para o lucro e não mais para projetos universais, com finalidades públicas, de direitos sociais. A configuração das universidades hoje se distância do seu papel original, ou seja, aquele espaço das descobertas científicas, inovações tecnológicas, disseminação do conhecimento, construção de idéias, da cultura e da transformação social.

Diante deste contexto, a universidade pública brasileira sofreu profundas mudanças nos últimos anos, particularmente com o processo de contra-reforma do Estado realizada pelos últimos governos da República, que insistem em seguir os princípios da doutrina econômica neoliberal, ditadas pelos países centrais.

A educação pública tende cada vez mais transformar em serviço rentável, levando a um quadro perverso de contra-reformas no setor da educação pública brasileira, o que resulta num adensamento da crise sofrida pelas universidades de caráter público em todo país.

No entanto, as mudanças na educação tão presentes nos dias atuais não podem ser entendidas descoladas da intencionalidade de se colocar a educação a serviço do capital, na sua nova etapa de mundialização. A contra-reforma do setor da educação está diretamente atrelada às estratégias do imperialismo contemporâneo, que na busca de expansão do capital em crise, e impõem uma política de submissão aos países dependentes, como é o caso do Brasil, reduzindo as nações a mercados consumidores, obedientes e passivos, garantindo assim seus interesses de exploração, através da remessa do excedente econômico produzido pelos trabalhadores brasileiros para a acumulação do capital internacional.

A sintonia dos governos brasileiros com as políticas desenvolvidas pelos organismos internacionais, principalmente FMI e BM, têm sido corroborada pelas políticas econômicas e sociais privatizantes implementadas no país desde a década anterior.

A forte lógica da privatização das universidades públicas de ensino superior vem sendo aprofundadas nos últimos anos, como pode comprovado através da preferência dos governos pelo pagamento da dívida externa em detrimento ao investimento neste setor.

A UFSC é caracterizada como uma Instituição pública e gratuita, vinculada ao Governo Federal, e como as outras universidades públicas, vem sofrendo as conseqüências do processo de contra-reforma neoliberal, que vem sendo implementada e aprofundada pelos governos pós anos 90, sob os ditames dos organismos internacionais do capital.

A UFSC vive um processo de estagnação, defrontando-se com escassez de recursos e corte dos direitos trabalhistas dos seus servidores técnicos administrativos e docentes, num quadro de ajustes que vem comprometendo o funcionamento adequado da universidade.

O descaso dos governos com a universidade pública tem resultado em prejuízo para o ensino e a pesquisa, a partir da deterioração física dos estabelecimentos, sem renovação do acervo das bibliotecas e conservação dos laboratórios, o que acaba por disseminar o desânimo e a descrença de seus alunos e servidores.

Através de projetos de leis e medidas provisórias os governos neoliberais vêm desmantelando a universidade, e os trabalhadores da UFSC sentem cotidianamente os efeitos

de uma política voltada aos interesses do capital parasitário internacional e da burguesia brasileira, que resulta em perdas de direitos, como pode ser visto pela Reforma da Previdência, o interesse pela Privatização do Hospital Universitário; o congelamento de salários; e tantas outras investidas do governo para enfraquecer com a universidade pública e gratuita. Todo esse arcabouço acaba por afetar fortemente a realidade de vida, de trabalho e a saúde física e mental dos trabalhadores desta Instituição.

Hoje, as universidades estão em pleno processo de contra-reforma. Todavia, a educação já está inserida no setor de serviço não exclusivos do Estado, por isso, como nas empresas de caráter privado, o trabalho dos profissionais da DiSS está vinculado a área de recursos humanos e não foge da lógica da contradição inerente à profissão, atendendo simultânea mas, contraditoriamente interesses da Instituição e dos trabalhadores.

A DiSS inserida no contexto de uma universidade pública que cotidianamente vem sendo sucateada frente a um Estado dependente, que em nome do capital faz cortes drásticos nas políticas sociais, vem encontrando dificuldades para atender as demanda trazidas pelos servidores, dada a ineficiência e ineficácia das políticas sociais voltadas aos trabalhadores da Instituição.

Está lógica pode ser entendida num contexto mais amplo, uma vez que intervenção profissional do assistente social nas Organizações/Instituições públicas ou privadas tem nas políticas sociais/serviços sociais do Estado e da Instituição a qual se vincula a base de sustentação da sua profissionalidade para processar as demandas dos usuários. As condições de respostas as demandas dos usuários do Serviço Social acaba sendo condicionada pelo tipo, pela natureza e pelo formato do Estado e da Instituição para qual trabalha. No Brasil dada a sua condição de país dependente, as políticas sociais são focalistas, setorializadas, fragmentadas e assistencialista, o que justifica as dificuldades do Serviço Social processar as demandas dos usuários

Assim apreende-se que mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir do processo de reestruturação produtiva e do Estado trazem novas demandas para o Serviço Social nas organizações e instituições, com destaque para as situações saúde mental dos trabalhadores, e tem provocando inflexões na direção e nas condições, meios objetivos em que seu trabalho se realiza.

As demandas trazidas a DiSS de acordo com a pesquisa realizada referem-se: Saúde Mental; Saúde Ocupacional; Benefícios; Relações interpessoais no trabalho; Sócio-Familiar; Aposentadoria; Ressarcimento de Despesas Médicas; Saúde/Outros; Outros.

A pesquisa identificou a Saúde Mental como principal demanda da DiSS, no entanto, os profissionais deste setor vem encontrando dificuldades para responder tal demanda diante da inexistência de uma política social que atenda de está demanda de maneira integral, levando os profissionais a se utilizarem de uma “Agenda Informal” dentro dos serviços existentes na Instituição -voltados ao atendimento da comunidade em geral-, para conseguir os atendimentos, ou seja, os profissionais precisam negociar nestes locais os atendimentos para os servidores, o que nem sempre conseguem devido a falta de vagas.

A partir da pesquisa constataram-se as dificuldades que o Serviço Social vem enfrentando no seu cotidiano de trabalho para responder as demanda de Benefícios, uma vez que a utilização dos recursos institucionais são limitados, sendo necessário que a área de Serviço Social tenha como estratégia o contato com outros serviços sociais externos à UFSC, e que também tem se mostrado ineficientes diante de uma assimetria entre demanda e oferta de serviços.

Diante do estudo realizado justifica-se a necessidade de discutir no âmbito da Instituição propostas que visem aprimorar a atenção institucional na área da Saúde Mental. Propõem no âmbito da Instituição o estabelecimento de Resolução que aprove a inserção dos servidores nos espaços institucionais existentes que prestam atendimento à saúde mental na UFSC. Esta seria uma estratégia para atender as demandas nesta área, dado o caráter de urgência em que esta questão se apresenta. Porém, visando qualificar os serviços prestados propõem a criação de uma Comissão interdisciplinar vinculada a PRDHS para estudar o assunto Saúde Mental e propor ações nesta área voltadas à atenção aos servidores da UFSC. Essa Comissão poderá ser formada por profissionais que atuam na área de Saúde Mental como: psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais.

Sugere-se à Comissão discutir a criação de um Núcleo de Saúde Mental dentro UFSC, composto por uma gama de profissionais competentes para responder as demandas dos servidores na área da Saúde Mental. Para concretizar o Núcleo será necessária a abertura de concurso público para contratar os profissionais, bem como a disponibilização de um espaço físico.

Finalmente, sugere-se o desenvolvimento de Eventos, Cursos, Oficinas, etc, por meio do DDAS e DDPP da PRDHS, visando ações preventivas que possam promover a Educação em Saúde para toda a comunidade dos servidores.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. **Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador**. 2004. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r22_r05.htm>. Acessado em 12 de maio de 2008.

ABREO, A. C; FÁVARO, C. R. **Demandas no Serviço Social empresarial**. 2001. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n1_demandas.htm>. Acessado em 18 de maio de 2008.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**. As políticas Sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.9-23, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BANCO MUNDIAL. 1995. **Prioridades y estrategias para la educación**: version Preliminar. Washington D.C.

BORÓN, A. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”. In: SADER, Emir e GENTILI Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo...**, op. Cit., pp. 63-118.

BRASIL/MEC. **Conversão de partes dos serviços da dívida externa por investimentos em educação**. 2003. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu?>>. Acessado em junho de 2008.

BRESSER PEREIRA, L.C. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Cadernos *MARE* da Reforma do Estado, v 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

_____. **Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=493>. Acessado em 25 de maio de 2008.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papirus, 1986.

CASTRO, Fernando G. Sofrimento psíquico no trabalho. In: **Revista Plural**. Publicação da Associação dos Professores da UFSC, Seção Sindical de Andes/Sindicato Nacional. Florianópolis, n 14, Ano 11, p. 34-46, 2005.

CESAR, Mônica de Jesus. **A experiência do Serviço Social nas empresas**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UNB, p.167-180, 1999.

_____. Serviço Social e Reestruturação Industrial: requisições e competências e condição de trabalho profissional. In: **A nova fábrica de consensos**. Ana Elizabeth Mota (org.). São Paulo: Cortez, 2000. p. 115-145.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

_____. **A universidade operacional**. Folha de São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.enecos.org.br/docs/universidadeoperacional_mchaui.doc. Acessado em 02 de maio de 2008.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, p. 139-182, 2004.

DEJOURS,C.; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas S.A, 1994.

SOBRINHO, D. J. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p.164-173, jan./abr. 2005.

DUARTE, Adriana. **O processo de reforma da previdência social**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n 73. Março, Editora Cortez, p. 121-141, 2005.

FERNANDES, Florestan **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In DE TOMMASI, L; WARDE M. J.; HADDAD, S (org). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 229- 252, 2000.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. O Serviço Social e saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. In: **A nova fábrica de Consensos**. Ana Elizabeth Mota (org.). São Paulo: Cortez, p. 167-194, 2000.

_____. **O Serviço Social na reestruturação produtiva**. Espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRECO, R. M.; OLIVEIRA, V. M.; GOMES, J.R. **Carga de trabalho dos técnicos operacionais da escola de enfermagem da universidade de São Paulo**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 25, p. 59-75, 1996.

GUERRA, F, Rogério. Impressões sobre a universidade insalubre. In: **Revista Plural**. Publicação da Associação dos Professores da UFSC, Seção Sindical de Andes/Sindicato Nacional, Florianópolis, n 14, Ano 11, p. 4-13, 2005.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1995.

IAMAMOTO, Marilda, V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos**. Ensaios críticos. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LACAZ, Francisco. Trabalho e Saúde do Professor. In: **Revista Plural**. nº 14, Publicação da Associação dos Professores da UFSC, Seção Sindical de Andes/Sindicato Nacional, Florianópolis, , Ano 11, p. 14-19, 2005.

LEHER, Roberto. **A universidade nos países periféricos e o projeto de autonomia do MEC**. In: Revista Adunicamp, Campinas, V 1, n.2, p 27- 30, 1999.

_____. **Reforma universitária do governo Lula: protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais.** 2003 Disponível em: <<http://www.consciencia.net/>>. Acessado em 15 de abril 2008.

_____. **Contra Reforma Universitária do Governo Lula: Protagonismo do Banco e das Lutas Antineoliberais.** In: **Margem Esquerda: Ensaio Marxistas (orgs) nº 03**, p. 77-89, 2004.

_____. **Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente.** In: Osmar Fávero. (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes.** Campinas: Autores Associados, v., p. 100-125, 2005.

LEMOS, Jadir; CRUZ, Roberto, M. **Condições e cargas de trabalho da atividade docente.** In: **Revista Plural.** Publicação da Associação dos Professores da UFSC, Seção Sindical de Andes/Sindicato Nacional, Florianópolis, n 14, Ano 11, p. 20-27, 2005.

LIMA, Kátia. **Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo.** 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/tpgt11.htm>>. Acessado em 19 de maio de 2008.

_____. (2004a). **Reforma da educação superior do governo Lula e educação à distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital?** Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t119.pdf>: Acessado em 19 de abril de 2008.

_____. (2004b). **Governo Lula - neoliberalismo requeitado e requintado. Elementos políticos da reforma da educação superior brasileira.** <adufpa.org.br/reform_univ/artigos/Neolib_requent.htm>. Acessado em 25 de abril de 2008.

_____. (2005). **Estratégias de mercantilização da educação brasileira: uma reforma da educação superior Lula, OMC e Alca.** In: **Revista Plural.** Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Seção Sindical do Andes/Sindicato Nacional. Florianópolis, nº 14, p. 58-65, 2005.

_____. (2006). **Financiamento da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/>> Acessado em 19 de abril de 2008.

LIMA, Kátia; LIMA, S. L. R. (2006). **Dívida pública e educação superior brasileira.** In: **Universidade e Sociedade.** Brasília, v. 37, p. 59-72, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASNPADINI, Roberta; STEDILE, João (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl; **O Capital: à crítica da economia política**. Livro I; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAUÉS, Olgaíses. A educação na contemporaneidade: Mercantilização e Privatização? In: **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 37, p. 81-94, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior**. Brasília, Maio, 2005.

NAHAS, M. V; OLIVEIRA, E. S; SANTOS, P. Promoção da Saúde na Era do Estilo de Vida. In **Revista Plural**. Publicação da Associação dos Professores da UFSC, Seção Sindical de Andes/Sindicato Nacional, Florianópolis, n 14, Ano 11, p. 28-33, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**, 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NORA, Naraiana Inez. **O paradoxo do debate sobre política social e família: uma perspectiva latino-americana**. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Há vias abertas para a América Latina? In: **Margem Esquerda: Ensaios Marxistas** (orgs), n 03, p. 65-76, 2004.

SAMPAIO JR., Plínio Arruda. **Entre a nação e a barbárie: Os dilemas do capitalismo dependente**. Petrópolis, ed. Vozes, 1999.

SELIGMANN, Silva E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. São Paulo: Cortez, 1994.

SERRA, Rose. **Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social**. In: SERRA, Rose (org). Trabalho e Reprodução – enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez, p. 151-175, 2001.

SOARES, Maria Clara Couto. O Banco Mundial: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, L; WARDE M. J.; HADDAD, S (org). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 15-40.

STUART, S. S. **A praxis do Serviço Social nas questões de saúde junto aos servidores da UFSC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, p. 30-53, 1992.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

WISNER, A. **A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia**. São Paulo: Fundacentro, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.prdhs.ufsc.br/>>. Acessado em 16 de abril de 2008.

_____. Departamento de Desenvolvimento de Atenção Social e a Saúde- DDAS. 2004. **Rotinas de Trabalho do DDAS**. Florianópolis, 2004.

_____. Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor -DiSS. **Mapa do Cotidiano da DiSS 2005**. Florianópolis, 2005.

_____. Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor -DiSS. **Mapa do Cotidiano da DiSS 2006**. Florianópolis, 2006.

_____. Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor -DiSS. **Mapa do Cotidiano da DiSS 2007**. Florianópolis, 2007.

_____. Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor -DiSS. **Relatório Anual da DiSS 2005**. Florianópolis, 2005.

_____. Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor -DiSS. **Relatório Anual da DiSS 2006**. Florianópolis, 2006.

_____. Divisão de Serviço Social-Atenção ao Servidor - DiSS. **Relatório Anual da DiSS 2007**. Florianópolis, 2007.

_____. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social - PRDHS. **Relatório Anual da PRDHS 2005**. Florianópolis, 2005.

_____. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social - PRDHS. **Relatório Anual da PRDHS 2006**. Florianópolis, 2006.

_____. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social – PRDHS. **Relatório Anual da PRDHS 2007**. Florianópolis, 2007.

_____. **Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas e Federais**. Florianópolis, Janeiro, 2006.

_____. Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina-SINTUFSC. **Corpo de Luta** Florianópolis, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A

| Demanda/Usuário | 2005 | 2006 | 2007 |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|
| 1 | 88 | 70 | 68 |
| 2 | 52 | 67 | 98 |
| 3 | 14 | 19 | 19 |
| ≥4 | 1 | 4 | 4 |

Multiplicidade de demandas por usuário

APÊNDICE B

| Categoria | 2005 | 2006 | 2007 | Total |
|--|-------------|-------------|-------------|--------------|
| 1 Saúde Mental | 47 | 67 | 74 | 188 |
| 2 Saúde/Outros | 41 | 43 | 61 | 145 |
| 3 Benefícios | 31 | 45 | 45 | 121 |
| 4 Aposentadoria | 27 | 30 | 59 | 116 |
| 5 Sócio-familiar | 37 | 33 | 37 | 107 |
| 6 Relacionamento Interpessoal | 18 | 27 | 18 | 63 |
| 7 Outros | 25 | 10 | 21 | 56 |
| 8 Saúde Ocupacional | 6 | 13 | 17 | 36 |
| 9 Ressarcimento de despesas médicas | 3 | 4 | 5 | 12 |
| Total | 235 | 272 | 337 | 844 |

Tabela da distribuição das demandas dos anos 2005, 2006 e 2007